RELATÓRIO ANUAL 2020

EDIÇÃO 76

FGV

RELATÓRIO ANUAL 2020

EDIÇÃO 76

FGV

ÍNDICE

06 CARTA DO PRESIDENTE

12 PROJETOS DE PESQUISA APLICADA

62 A FGV EM 2020

134 INTERNACIONAL

144 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

150 BALANÇO FINANCEIRO

CARTA DO

PRESIDENTE

CARLOS IVAN
SIMONSEN LEAL

Presidente da
Fundação Getulio Vargas

O SALTO PARA O FUTURO

O ano de 2020 impôs desafios históricos para o Brasil e o restante do mundo, ao mesmo tempo que acelerou dramaticamente a chegada do futuro. A pandemia de coronavírus tornou realidade, em meses, transformações na economia e na sociedade que demorariam décadas para se concretizar.

Diante desse cenário, a FGV, que nasceu há 76 anos sob o signo do desenvolvimento nacional, mobilizou todas as suas forças, em diversas áreas de atuação, da pesquisa ao ensino, da economia à saúde pública, para inovar. Muito mais do que apenas se adaptar às prementes necessidades geradas pela pandemia, a Fundação investiu para dar um salto em sua produção científica, bem como na implementação de novos processos e tecnologias.

É preciso, hoje, gerar políticas públicas e de emprego mais efetivas e eficazes; é preciso avançar em direção a um sistema de saúde mais moderno e inclusivo, a uma estrutura de ensino que abrace a tecnologia e ponha os brasileiros em pé de igualdade com as nações desenvolvidas, a um arcabouço de regulação que dê ao país competitividade e atraia investimentos continuamente.

O ano de 2020 evidenciou, sem margem para tergiversações, a necessidade de iniciar agora a construção do Brasil dos próximos 50 anos. E para alcançar esse objetivo só há um caminho: gerar, ensinar e aplicar conhecimento de ponta.

Com esse norte, a Fundação foi capaz, em apenas uma semana, de digitalizar toda a sua estrutura de ensino e pesquisa, em processo que envolveu tanto o apoio e o treinamento de professores e alunos quanto a implementação de novas ferramentas tecnológicas e pedagógicas.

O resultado foi visto ao longo do ano, com a manutenção e o aprimoramento, em circunstâncias inéditas, da qualidade que levou as Escolas da FGV aos primeiros lugares no Índice Geral de Cursos (IGC) do Ministério da Educação (MEC) e a Fundação ao posto de 3º melhor *think tank* do mundo e 1º lugar na categoria de *think tank* mais bem administrado do planeta, de acordo com o *2020 Global Go To Think Tanks Index*, da Universidade da Pensilvânia.

Ainda em 2020, a FGV foi a instituição privada com o maior número de cursos com a nota máxima no *Guia da Faculdade*, elaborado pela Quero Educação, em parceria com o jornal *O Estado de S. Paulo*. Na avaliação dos seus alunos, em pesquisas conduzidas internamente, obteve nota máxima em todas as suas escolas e centros de ensino, que operaram de forma completamente remota. Em outra afirmação inequívoca do seu compromisso com a excelência e a inovação, a FGV tornou-se a primeira instituição de ensino do Brasil a usar laboratórios virtuais em nuvem.

Trata-se de um legado que se estenderá para muito além do ano que passou. Para encarar e superar os duros efeitos da pandemia, a articulação multidisciplinar entre as diferentes esferas da FGV e com parceiros nacionais e internacionais foi ampliada exponencialmente, assim como o alcance de diversas iniciativas e projetos de largo escopo em áreas que vão da matemática aplicada ao mapeamento infectológico e à segurança; da inteligência artificial à legislação para proteção de dados; da administração pública e privada à Defesa Nacional; da macroeconomia à mobilidade urbana.

A capacidade de potencializar as novas formas de comunicação e produção do conhecimento, que se impuseram em velocidade antes impensável, projeta uma organização infinitamente mais ágil, mais acessível e mais global.

Dessa forma, a FGV está mais preparada para dar importante contribuição ao país no aumento da produtividade econômica e da qualidade de vida, na inclusão social, na eficiência dos serviços públicos e privados e no desenvolvimento sustentável, ajudando a inserir o Brasil na vanguarda internacional da formulação e da aplicação científicas, em benefício de todos os brasileiros.

PROJETOS DE

PESQUISA APLICADA

Com o objetivo de cumprir sua missão, que é promover o estímulo ao desenvolvimento socioeconômico nacional, a FGV desenvolve pesquisas e estudos que servem de base para debates públicos entre pesquisadores e representantes dos setores público e privado.

Mesmo em um ano atípico como 2020, a disseminação do conhecimento por meio de pesquisas acadêmicas produzidas pelas diferentes áreas da FGV não parou.

Entre essa grande produção intelectual, foram selecionados 15 projetos de pesquisa aplicada pela Comissão de Pesquisa e Inovação da FGV que merecem destaque por sua contribuição para o avanço das ciências sociais e seu impacto na sociedade.

A REGULAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS NO BRASIL

Em muitas regiões do Brasil ocorrem conflitos sobre o uso da água, que tendem a se acentuar em razão da mudança climática e do aumento da demanda. Os mecanismos existentes no país para a gestão de recursos hídricos parecem não ser suficientes para lidar com o problema da escassez, porque não tratam da questão da realocação de água. Esta pesquisa avalia o contexto regulatório e institucional brasileiro com o objetivo de identificar barreiras e oportunidades para a introdução no Brasil de mercados de água – instrumento capaz de promover a realocação do recurso, direcionando-o a usos eficientes.

Autoria:
Joisa Dutra

Pesquisadores:
Flávio Menezes, Juliana Smiderle, Morganna Capodeferro e Pedro Engel

Organização:
Centro de Estudos e Regulação em Infraestrutura (CERI)

Apoio:
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

OBJETIVO

- Examinar as vantagens e a viabilidade de criar no Brasil mercados de água como um mecanismo para promover a realocação eficiente da água.

METODOLOGIA DA PESQUISA

Inicialmente, foram analisados os aspectos econômicos da gestão de recursos hídricos e os instrumentos capazes de promover sua alocação eficiente, com foco nas duas abordagens mais comuns na literatura econômica: mercado competitivo e mecanismos de estabelecimento de preço.

Em seguida, foi feita uma análise da estrutura legal, regulatória, e da política de gestão de recursos hídricos no Brasil, apontando suas limitações.

Foi feita uma avaliação de quão preparado o Brasil estaria para criar mercados de água, considerando os seguintes componentes: (i) estrutura regulatória dos direitos de uso da água, (ii) governança institucional, (iii) disponibilidade de dados, (iv) regras operacionais, (v) existência de mercado para a transação de outorgas de uso de recursos hídricos e (vi) dispositivos para lidar com externalidades.

Com o objetivo de avaliar os ganhos potenciais da implementação dos mercados de água no Brasil, foi simulado um mercado para irrigantes situado na bacia do Rio São Marcos, na qual, como ocorre em muitas outras bacias, agricultura e hidroeletricidade competem pelos recursos hídricos existentes.

RESULTADOS

A análise econômica indicou que os mercados de água parecem ser soluções mais adequadas, por exemplo, do ponto de vista de aceitação social e facilidade de implementação, para gerenciar recursos hídricos quando comparados à alternativa de precificação.

O estudo de caso da bacia do Rio São Marcos evidenciou como a criação de um mercado de água pode levar a uma alocação eficiente e aumentar o bem-estar social.

A avaliação com relação ao grau de maturidade do país para introdução dos mercados identificou barreiras legais (por exemplo, a impossibilidade de transacionar outorgas de uso da água) e institucionais (por exemplo, a ausência de mecanismos para alocar água entre diferentes usos/usuários em caso de escassez). Isso significa que novas reformas são necessárias para desenhar e implementar no país mercados de água eficientes.

Nesse sentido, foram elaboradas recomendações de política a serem adotadas como pré-requisitos para a implementação dos mercados de água no país.

O QUE HÁ DE NOVO

No estudo de caso da bacia do Rio São Marcos, foi comparada uma situação em que o regulador restringe o uso (oferta) de água, o que gera um excesso de demanda de 30%, com preços fixados em zero, e a existência de um mercado de água que funciona de forma competitiva. De acordo com os resultados da comparação, concluiu-se que a perda total de bem-estar social – medido pelo superávit obtido pelos produtores – seria, no primeiro caso, de 30% e, no segundo, de apenas 2,5%.

APLICAÇÕES DOS RESULTADOS E POSSÍVEIS EXTENSÕES DA PESQUISA

Antes da implementação de um mercado de água, alguns aspectos funcionais precisam ser estabelecidos para assegurar seu funcionamento adequado. Para enfrentar as barreiras identificadas no estudo, este sugere as seguintes recomendações de política:

- Promover maior entendimento dos benefícios da implementação de mercados de água.
- Padronizar a coleta de dados acerca da disponibilidade dos recursos hídricos.
- Aprovar o Projeto de Lei que atualiza a Política Nacional de Recursos Hídricos e prevê a introdução dos mercados como instrumento de gestão.
- Implementar incentivos corretos para mercados de água por meio de uma estrutura legal e regulatória adequada.
- Rever os mecanismos de gestão hídrica adotados em momentos de escassez.
- Estudar os desenhos de mercados de água.
- Selecionar áreas propícias para funcionar como mercados-piloto para a transação das outorgas de uso da água.

É preciso ressalvar, no entanto, que os autores do estudo não acreditam que o mecanismo de mercado seja adequado à realidade de todas as bacias hidrográficas brasileiras.

BIG DATA URBANO LATINO-AMERICANO: UM PANORAMA DOS DADOS PÚBLICOS E PRIVADOS DISPONÍVEIS NAS CIDADES DE SÃO PAULO, MONTEVIDÉU, QUITO, XALAPA E MIRAFLORES

Gerir cidades e conceber políticas públicas efetivas em um contexto de mudanças sociais e tecnológicas cada vez mais velozes são desafios que têm mobilizado debates e reflexões nos diversos setores da sociedade. Mas, ao mesmo tempo que novas tecnologias são introduzidas, muitas cidades contam com baixa capacidade de transformar os dados gerados em informações relevantes. Perde-se, assim, a oportunidade de resolver problemas públicos e de promover desenvolvimento social e econômico a partir desses dados. A presente investigação identifica quão disponíveis e acessíveis estão os dados urbanos de cinco cidades latino-americanas, a saber: São Paulo, Montevidéu, Quito, Xalapa e Miraflores, bem como verifica a qualidade desses dados para fins de planejamento de políticas urbanas sustentáveis. A partir dessa análise, o estudo desenha um prognóstico consistente e um conjunto de recomendações para melhorar a publicação dos dados e cria oportunidades de modelagem de políticas públicas de inovação aberta a partir da geração de valor público atribuível aos dados abertos disponíveis.

Autoria:
Ciro Biderman

Pesquisadores:
Fernanda Campagnucci,
Luiz Fantozzi Alvarez, Lycia Lima
e Patrícia Alencar Silva Mello

Organização:
Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP), Escola de Direito do Rio de Janeiro (Direito Rio) e Escola de Matemática Aplicada (EMAp)

Apoio:
Fundo de Pesquisa Aplicada da Fundação Getulio Vargas (FPA FGV) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

OBJETIVO

- O objetivo geral deste levantamento consistiu em identificar as oportunidades de uso de dados para a resolução de problemas públicos complexos em temas estratégicos para o desenvolvimento em cinco cidades latino-americanas: Miraflores (Peru), Montevidéu (Uruguai), Quito (Equador), São Paulo (Brasil) e Xalapa (México).

METODOLOGIA DA PESQUISA

Foram realizados um mapeamento detalhado sobre a disponibilidade de dados nas cinco cidades estudadas e uma análise de forma aprofundada da qualidade dos dados de interesse.

Levantamento e análise preliminar:

- Entrevistas realizadas com os pontos focais para identificar programas de governo, projetos de dados abertos e temas de potencial interesse para este levantamento.
- Classificação em 5 grupos temáticos (Desenvolvimento Social e Humano, Desenvolvimento Urbano, Gestão e Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente e Mobilidade) e criação de 13 categorias e 51 subtemas.
- Busca ativa de bases de dados para cada subtema em cada cidade nos portais apontados pelos gestores e em outros órgãos, entidades e esferas administrativas responsáveis por políticas públicas naquele território e que poderiam potencialmente apresentar bases desagregadas.

Análise de qualidade das bases:

- Validação do mapeamento com representantes das cidades.
- Definição e validação do escopo de análise para detalhamento da qualidade das bases de dados disponíveis.
- Construção de matriz de avaliação da qualidade dos dados, segundo os padrões internacionais de dados abertos.

Consolidação:

- Análise da qualidade das bases de dados, segundo a matriz de avaliação construída.
- Formulação de recomendações para qualificar a publicação dos dados.
- Identificação de oportunidades de análise de políticas públicas e de geração de valor público com os dados disponíveis.

RESULTADOS

A quantidade e a qualidade dos dados abertos encontrados variaram muito em cada cidade investigada. Contudo, os problemas inicialmente diagnosticados são comuns a todas, entre eles: (i) descontinuidade de programas e projetos devido a mudanças no ciclo da política e interrupções de programas; (ii) *links* inoperantes, base de dados obsoletas ou *websites* que não mais publicam dados ou não atualizam os existentes que antes estavam disponíveis; (iii) dispersão de dados em inúmeros *websites*, inclusive em cidades que declaram contar com portais de dados abertos.

No total, foram 289 bases de dados abertos encontradas nas cinco cidades, em temas relacionados a desenvolvimento sustentável local. Dadas as características deles, cinco grupos foram formados: mobilidade e meio ambiente, desenvolvimento social e humano, desenvolvimento urbano, gestão e desenvolvimento econômico.

Cada uma dessas bases foi avaliada segundo o grau de disponibilidade, por município e por tema. Recomendações foram formuladas para o aprimoramento no processo de publicação de dados nessas cidades:

- **Declarar a periodicidade.**
  Essa é uma informação fundamental para a publicação – inclusive para alinhar as expectativas dos usuários e evitar requisições individuais de dados. Um total de 76% das bases analisadas em todos os municípios não especificou qual deveria ser a periodicidade de atualização. Nos casos em que o dado é produzido pontualmente, sem previsão de novas publicações, é importante deixar essa informação registrada e explícita ao usuário. É recomendado fazer a distinção entre a última data de atualização do dado na plataforma e a última data de checagem do dado na fonte, o que pode ser bastante útil para usuários que buscam utilizar esses dados.

- **Especificar a licença.**
  Para que sejam considerados abertos, os dados devem estar licenciados sob licença aberta, que permita a reutilização dos dados sem necessidade de solicitar permissão. É importante que essa permissão esteja explícita no local de publicação dos dados, nos arquivos de metadados ou em ambos os locais. Alguns órgãos governamentais podem optar pela utilização de diferentes tipos de licença, desde que abarquem a liberdade de redistribuição e reutilização. A única recomendação é que a declaração de licença esteja facilmente localizável no contexto de publicação dos dados.

- **Disponibilizar alternativas de formato aberto.**
  De forma geral, as bases de dados analisadas são processáveis por máquinas, ou seja, estão publicadas em formato estruturado que permite sua leitura automatizada. É preciso, no entanto, que o formato do arquivo também seja aberto, ou não proprietário. Os padrões abertos permitem que sejam abertos por *software* livre ou qualquer outro destinado àquele fim.

- **Documentação e metadados.**
  Fornecer uma boa documentação para que não haja interpretação equivocada por parte dos usuários, na forma de um dicionário de dados contendo a descrição das variáveis e outras informações fundamentais, como fonte, onde os dados foram coletados, órgão responsável e outras características. Reunir informações sobre os dados em arquivo de metadados seria uma melhoria importante em diversas situações.

- **Completude.**
  É possível que haja, nas bases de dados, registros faltantes (*missing*). Esses casos devem receber algum tipo de tratamento, para que o usuário seja informado do motivo da inexistência de valores em alguns dos registros da base.

O QUE HÁ DE NOVO

Na última década, tem crescido o debate acerca da chamada "política pública baseada em evidências", que pode ser compreendida como a elaboração e avaliação de políticas orientadas por dados, massivos (big data) ou não, e o uso de métodos digitais de análise. Nesse contexto, dados podem ser utilizados de maneira inovadora para caracterização, análise e resolução de problemas públicos.

Há em curso iniciativas de utilização conjunta de bases de dados abertas de fontes administrativas (tais como microdados estatísticos) e de fontes privadas de informação, algumas vezes publicamente disponíveis. Esse potencial de conexão, porém, é pouco explorado, bem como seu uso em análises avançadas de informações e técnicas para mineração e segmentação de perfis, análise preditiva e outras ferramentas atualmente disponíveis.

A avaliação da disponibilidade e da qualidade dos dados, a identificação das lacunas e os apontamentos das práticas e pontos fortes replicáveis podem ser compreendidos como oportunidades para que as cidades avancem em suas políticas de dados abertos.

APLICAÇÕES DOS RESULTADOS E POSSÍVEIS EXTENSÕES DA PESQUISA

A presente investigação permitiu identificar oportunidades de análise, formulação e avaliação de políticas públicas baseadas em evidências. Com o mapeamento dos dados abertos nas cinco cidades, foram levantadas informações que, potencialmente, permitem a realização de análises de políticas com o uso dessas ferramentas, visando à resolução de problemas prementes nas áreas de mobilidade, meio ambiente, educação, saúde etc.

Por exemplo, esses dados podem ser enriquecidos se conectados a ferramentas externas e disponíveis ao público, como o Waze, aplicativo de celular utilizado por milhões em todo o mundo para traçar rotas – e presente nas cinco cidades. Em particular, seria possível construir um modelo de previsão de acidentes com base nos dados de velocidade em alta frequência do aplicativo e nos dados históricos de trânsito georreferenciados das cidades.

Não obstante as diversas possibilidades de aplicação, estas não serão possíveis se antes não for dado esse primeiro passo consistente na investigação da qualidade dos dados ditos abertos. Este foi o escopo do presente trabalho: representar o ponto de partida a partir do qual os dados mapeados e avaliados tiveram seu estado de abertura minunciosamente demonstrado, de modo a que seja possível vislumbrar sua potencialidade de ser insumo para produção de estudos e ferramentas de outras iniciativas que possam se valer do uso e do cruzamento de dados no âmbito das cidades envolvidas no estudo.

CRIAÇÃO DE ÍNDICES DE PREÇOS AO CONSUMIDOR COM BASE EM INFORMAÇÕES DA WEB (IPC-W)

Baseado na iniciativa The Billion Prices Project (BPP), desenvolvida pelo professor Alberto Cavallo, do MIT, detalhado em Cavallo & Rigobon (2016)[1], o projeto criou potencial para redução de custos de coleta de informações e cálculo de índices tradicionais, além de fornecer informações mais desagregadas e em alta frequência acerca do nível de preços.

OBJETIVO

- Construir um índice de preços utilizando apenas dados coletados on-line.

METODOLOGIA DA PESQUISA

O primeiro estágio do projeto é a coleta de dados. Para isso, foram identificadas as dimensões do Índice de Preços ao Consumidor (IPC – calculado pelo FGV IBRE) mais importantes e os provedores de dados. Em seguida, definiu-se um processo robusto e escalável para coleta dos preços dos produtos disponíveis no site. O segundo estágio é o cálculo de números-índice usando os dados coletados. Assim, os produtos foram classificados dentro da estrutura do FGV IBRE, tratados para lidar com as características idiossincráticas desses dados e, finalmente, agregados para cálculo de um número-índice. Essas etapas estão mais detalhadas a seguir.

Autoria:
Eduardo Fonseca Mendes,
Renato Rocha Souza e Vagner Ardeo

Pesquisadores:
Antônio Luiz Sombra de Medeiros,
Delson Barros, Julio Cesar Vieira, Luiz Geron,
Pedro Guilherme Ferreira, Renato Aranha,
Taíse Ferraz Lyra e Yasmin Ferreira

Organização:
Escola de Matemática Aplicada (EMAp)
e Instituto Brasileiro de Economia (IBRE)

Apoio:
Fundo de Pesquisa Aplicada da
Fundação Getulio Vargas (FPA FGV)

[1] Cavallo, Alberto, and Roberto Rigobon. 2016. "The Billion Prices Project: Using Online Prices for Measurement and Research". *Journal of Economic Perspectives*, 30 (2): 151-78.

Escolha das dimensões e provedores
Foi determinado que a primeira dimensão contemplada pelo projeto seria "alimentos", porque estes possuem um peso grande no orçamento familiar. Posteriormente, outros grupos, como linha branca (geladeiras, fogões etc.), remédios, papelaria e roupas, seriam contemplados.

Foram selecionados supermercados online – alguns com presença regional e outros, nacional – para iniciar a extração de preços.

Coleta dos preços – *Price Collector*
O *web scraping* dos dados é a etapa mais crítica do projeto - e também a que demanda maiores esforços de manutenção. Para que seja possível extrair os preços dos *websites* originais, é necessário contornar algumas medidas de proteção, como bloqueio de IPs, restrição de acesso a robôs ou listagem aleatória de produtos, entre outros.

A FGV EMAp desenvolveu o *Price Collector*, uma ferramenta que automatiza e unifica o processo de coleta de dados com o objetivo de obter o maior número de preços com o mínimo de requisições, de forma distribuída. O *software* funciona, de forma simplificada, da seguinte maneira:

1. Constrói diariamente uma lista de provedores de dados (site-departamento) e aloca robôs para efetuar o processo de coleta de preços.
2. Produtos novos são adicionados à base de dados e preços são atualizados em caso de mudança. Produtos não encontrados são marcados como "removidos".
3. Informações adicionais (SKU, descrição etc.) também são coletadas.
4. Ao final do processo, estatísticas da extração de dados são geradas.

Apenas os deltas (diferenças) de preços desde a última visita são armazenados. Assim, se um preço permanece constante, somente a data da visita é atualizada. Essa estratégia permite manter os bancos de dados mais enxutos. Entretanto, para obter o histórico dos preços, é necessário "hidratar" a base. Destaca-se que é possível determinar se um produto precisa ter o preço normalizado pelo peso, o que é feito durante o processo de reconstrução da base analítica.

Banco de dados
A estrutura de extração demanda um servidor de banco de dados com alta performance, pois, a cada interação, o robô insere uma grande quantidade de dados. A estrutura do banco de dados e de *softwares* levou em consideração a redução do seu tamanho e a minimização de requisições.

Pós-processamento dos dados
Após coletados, os produtos foram classificados dentro da estrutura fornecida pelo FGV IBRE. Devido ao número de produtos extraídos, foi construído um processo de *whitelisting* e *blacklisting* para cada uma das categorias. Numa primeira etapa, apenas produtos contendo certas *keywords* no seu nome/descrição entram no processo. Em seguida, produtos contendo outras *keywords* são removidos. Apesar de simples, esse algoritmo mostrou-se bastante robusto, porém depende de intervenção humana para criação dessas listas. Foi desenvolvida uma ferramenta para facilitar a criação das listas para uma base de produtos.

Cálculo do índice
Após extração e classificação dos produtos, segue-se o processo de cálculo de um índice de variação dos preços. Tradicionalmente, é definido um plano amostral contendo produtos específicos coletados manualmente em lojas e supermercados. O BPP seleciona URLs para coleta on-line dos preços desses produtos selecionados. Neste projeto, extraímos todos os produtos listados, o que traz desafios sobre a forma como devemos agregar os produtos.

Alguns desses desafios são: possíveis fontes de viés amostral, falta de representatividade de alguns produtos, identificação de produtos *gourmet*, valor de entrega do produto, grande quantidade de dados faltantes, entre outros. A avaliação de viés amostral é um problema à parte que deve ser cuidadosamente estudado futuramente. A falta de representatividade de alguns produtos, como "pão francês", pode ser contornada aumentando o número de provedores. Porém, isso ainda pode gerar um possível viés se a dinâmica de preços dos provedores online e offline for diferente, como supermercados online *versus* padarias. Neste estudo, o valor de entrega do produto foi ignorado, porém isso deve ser levado em conta para o cálculo preciso da variação de preço final. O processamento de produtos *gourmet* requer uma divisão na classificação dos produtos e pode ser identificado usando técnicas de detecção de agrupamentos. A agregação dos preços dos produtos requer uma quantidade mínima de observações distribuídas no período.

Após agregados, é calculado um índice de variação de preços seguindo a mesma fórmula utilizada para o cálculo usando coleta off-line. Foi desenvolvida uma API (*Application Programming Interface*) na linguagem Python para execução desses cálculos.

RESULTADOS

O projeto gerou *softwares*, uma base de dados de preços em alta frequência e estudos para entender a natureza dos dados extraídos. Os dois principais produtos são o *Price Collector* e a base de produtos e preços extraídos de 13 fornecedores de informação.

Durante o projeto, foram coletados mais de 50 milhões de produtos-preços dos diversos provedores, com frequência diária.

O QUE HÁ DE NOVO

As características do projeto possuem forte caráter pioneiro, dado que no Brasil atualmente não existe instituição calculando esse tipo de índice de preços online. Por outro lado, esforços nesse sentido ocorrem hoje em Estados Unidos (Horrigan, 2013)[2], Reino Unido (Breton et al., 2015)[3], Nova Zelândia (Krsinich, 2015)[4], Holanda (Griffioen et al., 2014)[5] e Noruega (Nygaard, 2015)[6], todos trabalhos recentes e realizados por instituições governamentais.

[2]Horrigan, Michael W. "Big Data: A perspective from the BLS". *AMSTAT news: the membership magazine of the American Statistical Association* 427 (2013): 25-27. [3]Breton, Robert, et al. "Research indices using web scraped data". Office for National Statistics UK (2015). [4]Krsinich, Frances. "Price Indexes from online data using the fixed-effects window-splice (FEWS) index". Ottawa Group, Tokyo, Japan (2015): 20-22. [5]Griffioen, Robert, Jan de Haan, and Leon Willenborg. "Collecting clothing data from the Internet". *Proceedings of Meeting of the Group of Experts on Consumer Price Indexes, May*. Vol. 2628. 2014. [6]Nygaard, Ragnhild. "The use of online prices in the Norwegian Consumer Price Index". Statistics Norway (2015).

Como observado em Cavallo & Rigobon (2016), os índices online não só reproduzem consistentemente os índices oficiais, mas ainda tendem a antecipá-los, o que pode ser evidência de que são mais sensíveis a choques agregados. Além disso, têm a habilidade de aproximar índices ajustados hedonicamente em setores com produtos com ciclos de vida superpostos, como no caso dos produtos eletrônicos.

Índices de preço online vêm contribuindo para a compreensão de fenômenos relacionados à rigidez de preços, como mostra a comparação dos estudos de Cavallo & Rigobon (2015)[7] e Campbell e Eden (2014)[8], que evidenciam a diferença na distribuição das variações de preços dependendo da fonte utilizada.

APLICAÇÕES DOS RESULTADOS E POSSÍVEIS EXTENSÕES DA PESQUISA

A aplicação mais natural é a diversificação e a ampliação da coleta de preços para cálculo dos índices de preços. Além disso, dado o caráter extensivo dessa coleta, é possível construir índices específicos/contextualizados.

As extensões mais imediatas do projeto contemplam a ampliação da coleta de preços, em relação tanto ao número de fornecedores quanto à variedade de produtos. O projeto, efetivamente, teve um foco em produtos alimentícios, mas pode ser facilmente estendido para eletrônicos, produtos farmacêuticos e outros.

A ampliação da base de coleta de preços e a diminuição da periodicidade da coleta permitiriam uma análise mais detalhada e precisa das diferenças espaciais e temporais na dinâmica dos preços em níveis de desagregação não contemplados em índices oficiais, dando seguimento ao trabalho desenvolvido no projeto.

Na direção de construção de índices, os dados coletados online apresentam características particulares, devido tanto à plataforma de venda e à frequência de coleta quanto à escolha por extrair todos os produtos em detrimento de um plano amostral *a priori*. Dois dos pontos mais relevantes a serem estudados no futuro são a aderência de um índice online ao offline e a existência de viés na coleta, o que demanda experimentos.

Outro desafio a ser superado é a manutenção de coletores de dados, pois pequenas mudanças na estrutura de sites ou sistemas de proteção fazem com que os robôs não consigam coletar os dados. Essa demanda contínua por monitoramento é um dos principais desafios na manutenção dos extratores. No longo prazo, é necessário implementar o *scraper* para cada provedor.

Finalmente, a base de dados construída permite realizar inúmeros estudos econômicos, como rigidez de preços, ajuste hedônico de preços, *nowcasting* do Produto Interno Bruno (PIB) e IPC, entre outros. A disponibilização da base de dados à comunidade acadêmica tem grande impacto em pesquisas futuras.

[7]Cavallo, Alberto, Brent Neiman, and Roberto Rigobon. "The price impact of joining a currency union: evidence from Latvia". IMF Economic Review 63.2 (2015): 281-297. [8]Campbell, Jeffrey R., and Benjamin Eden. "Rigid prices: Evidence from us scanner data". International Economic Review 55.2 (2014): 423-442.

LOCALIZAÇÃO E OPERAÇÃO DE UMA FROTA DE AMBULÂNCIAS SOB INCERTEZA

O gerenciamento de frotas de ambulâncias tem utilizado modelos e algoritmos de pesquisa operacional. A maioria das ferramentas de pesquisa usa modelos de otimização estatística para planejamento estratégico (alocação de ambulâncias para bases, escolha de locais de base) e ferramentas de simulação para planejamento operacional (controle de trajetos, escolha de ambulâncias a serem despachadas para atender as emergências e de seus destinos após o atendimento). Este estudo propõe um método baseado em otimização para controlar despachos de ambulâncias.

OBJETIVO

- Proposta, estudo e implementação computacional de modelos matemáticos para a gestão de frotas de ambulâncias, de forma a melhorar o tempo de resposta e de socorro pré-hospitalar do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) na cidade do Rio de Janeiro.

Autoria:
Vincent Guigues e Renato Rocha

Organização:
Escola de Matemática Aplicada (EMAp)

Apoio:
Fundo de Pesquisa Aplicada da Fundação Getulio Vargas (FPA FGV), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU).

METODOLOGIA DA PESQUISA

Propõe-se um modelo operacional a ser resolvido: (1) depois que cada chamada de emergência chega a um *call center*, para determinar qual(is) ambulância(s) despachar para essa chamada, ou se a chamada deve ser posta em uma fila, aguardando a disponibilidade de uma ambulância; (2) depois que cada ambulância despachada conclui sua tarefa (tratando o paciente ou entregando-o a um hospital), determinar para qual chamada na fila despachá-la, ou para qual base de ambulâncias enviá-la.

A formulação permite projeções até o fim do horizonte de tempo (p. ex., até o fim do dia), usando previsões de chamadas de emergência na região considerada, ou seja, calcula o impacto das decisões correntes sobre a função objetiva no futuro.

As ambulâncias podem ser despachadas de bases e de hospitais e de outros locais enquanto se dirigem a uma base, mas não enquanto estão em serviço (seguindo para um local de emergência, atendendo pacientes no local ou transportando pacientes para um hospital). Ou seja, não é modelado o despacho "prospectivo" de ambulâncias).

No modelo, tempo e espaço são discretizados. Cada chamada de emergência é caracterizada por seu tempo, sua localização e seu tipo (que determina sua prioridade). *Inputs* adicionais incluem previsões de demanda, previsões de tempo de viagem e tempo de serviço e previsões de trajeto.

As variáveis de decisão são binárias, ou podem ser inteiros maiores se mais de uma ambulância for necessária para atender à emergência corrente. Todas as variáveis de decisão são não negativas. Os problemas de otimização foram resolvidos usando o solver Gurobi.

Foram feitos experimentos numéricos aplicando a metodologia à gestão de ambulâncias do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência do Rio de Janeiro (SAMU) usando dados fornecidos pelo próprio SAMU, em particular o histórico de chamadas de emergência nos últimos dois anos recebidas pelo SAMU, e as localizações de bases e hospitais (10 localizações, 33 bases e 9 hospitais).

O modelo de otimização foi executado para o horizonte de planejamento de um dia e vários exemplos correspondentes a várias combinações do número de locais, bases e hospitais.

Por fim, o simulador foi executado computando o tempo de espera médio com uma estratégia para vários exemplos (combinações de número de locais, bases e hospitais) em um conjunto de cenários simulados.

RESULTADOS

Observou-se que o tempo de espera médio obtido na simulação com o modelo é baixo, muito menor do que o tempo de espera médio obtido quando se usa a estratégia atual do SAMU.

Os resultados numéricos são, portanto, encorajadores, e o método de solução proposto é mais eficiente que aquele atualmente usado para o despacho de ambulâncias pelo SAMU.

O QUE HÁ DE NOVO

Esta é a primeira proposta de um modelo dinâmico para o planejamento da operação de ambulâncias que leva em conta quase todas as restrições realistas desse problema (ao despacho de ambulâncias nas bases e nos locais de atendimento, à capacidade das bases, ao equilíbrio do fluxo nos hospitais).

APLICAÇÕES DOS RESULTADOS E POSSÍVEIS EXTENSÕES DA PESQUISA

Considerando os resultados numéricos obtidos com o modelo, recomenda-se a integração das ferramentas de otimização desenvolvidas com o *software* encarregado da gestão de ambulâncias do SAMU Rio de Janeiro.

A linha de pesquisa iniciada no projeto pode ser desenvolvida considerando as seguintes extensões:

1 - considerar modelos de dois estágios a serem resolvidos com técnicas de decomposição como o método L-shaped;

2 - considerar modelos estocásticos multiestágio e escrever equações de Programação Dinâmica correspondentes a ser resolvidas com Stochastic Dual Dynamic Integer Programming (SDDiP) ou ActiveX Data Objects (ADO);

3 - refinar a análise estatística que gera cenários de chamadas para incluir nela regressores como, por exemplo, densidade populacional;

4 - usar técnicas de decomposição como geração de colunas para resolver mais rapidamente problemas de otimização encontrados na pesquisa.

O IMPACTO DO SIMPLES NA PRODUTIVIDADE DAS EMPRESAS BRASILEIRAS

Esta pesquisa analisa se os incentivos tributários do Simples podem estar gerando alguma distorção no tamanho das empresas brasileiras e contribuindo negativamente para a produtividade agregada no Brasil.

OBJETIVO

- Avaliar se os incentivos tributários concedidos pelos regimes simplificados de tributação podem estar gerando barreiras ao aumento da produtividade das empresas no Brasil.

Autoria:
Fernando de Holanda Barbosa Filho e Melina Rocha Lukic

Organização:
Escola de Direito do Rio de Janeiro (Direito Rio) e Instituto Brasileiro de Economia (IBRE)

Apoio:
Fundo de Pesquisa Aplicada da Fundação Getulio Vargas (FPA FGV)

METODOLOGIA DA PESQUISA

Inicialmente, é feita uma avaliação numérica das caraterísticas dos regimes tributários (Lucro real, Lucro presumido e Simples), com simulações da lucratividade de empresas operando sob os três regimes.

Em seguida, são analisados os incentivos dos diferentes sistemas de tributação quanto à escolha entre trabalho e capital, comparando a relação capital produto obtida nos três diferentes sistemas de tributação.

Por fim, visando mostrar os possíveis impactos que diferentes regimes tributários podem ter sobre a alocação de recursos e a produtividade da economia de forma geral, é feita uma simulação com firmas distintas que buscam maximizar os seus lucros.

As empresas atuam em concorrência e tomam os preços de seus produtos como dados. Escolhem o sistema tributário de forma conjunta com a escolha do montante de capital e trabalho utilizados na produção. A variável chave na escolha do sistema tributário é o maior lucro. Ou seja, é possível que uma empresa opte por um faturamento menor que a enquadre em alíquotas de imposto menores e, consequentemente, obtenha lucros líquidos de impostos mais elevados.

Dessa forma, é possível que a produtividade global da economia seja reduzida em virtude de empresas produtivas escolherem permanecer pequenas para fazerem jus a uma menor tributação.

RESULTADOS

O Simples não somente simplifica a arrecadação tributária por meio da cobrança de um único imposto, mas também reduz fortemente a tributação total, em especial no custo do trabalho. A menor tributação faz com que empresas que optem por esse regime tenham forte ampliação da sua lucratividade, o que torna o sistema atraente para elas.

No entanto, o Simples gera distorções importantes:

1 - Por ser um regime de tributação sobre faturamento, ele induz a verticalização das etapas de produção, uma vez que não permite o crédito tributário dos insumos intermediários utilizados. Com isso, empresas podem realizar tarefas internamente de forma menos eficiente devido ao incentivo tributário existente.

2 - Empresas optantes pelo Simples não podem abater o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) da aquisição de bens de capital, o que eleva o custo do capital, reduzindo o custo relativo do trabalho em relação ao capital. Isso faz com que as empresas optantes contratem mais trabalho e adquiram menos capital, resultando numa redução da relação capital por trabalhador, o que acaba reduzindo a produtividade do trabalho das empresas.

Na simulação realizada, em que a empresa escolhe simultaneamente K e L e o sistema tributário no qual opera, os resultados mostram que a possibilidade de optar pelo Simples faz com que as empresas ampliem seu lucro, mas simultaneamente reduzam a produtividade do trabalho, gerando um impacto negativo na produtividade agregada da economia.

O QUE HÁ DE NOVO

A grande maioria dos estudos feitos sobre os resultados do Simples analisou principalmente seu impacto sobre a formalização de empresas e de empregados. Este estudo visa contribuir com a literatura ao analisar o impacto do Simples sobre a produtividade do trabalho de empresas e da economia, avaliando como os incentivos concedidos por esse regime de tributação afetam as escolhas das empresas.

APLICAÇÕES DOS RESULTADOS E POSSÍVEIS EXTENSÕES DA PESQUISA

O estudo mostrou que a perda de produtividade do trabalho nas empresas optantes pelo Simples ocorre à medida que estas elevam o seu lucro para as diferentes faixas de faturamento, distorcendo relativamente mais as empresas potencialmente mais produtivas que estariam nas faixas de renda mais elevadas.

Também constatou que pode haver perda de produtividade do trabalho na medida em que as empresas optem por investir no fator trabalho (em vez de capital) e por permanecer "pequenas" de forma a serem elegíveis para o sistema de tributação Simples.

Nesse sentido, dada uma distribuição da produtividade das empresas, seria possível estimar a perda de produtividade agregada da economia, o que pode ser investigado em novas pesquisas.

PISCICULTURA E MALÁRIA: UM MODELO PARA CONTROLE DA POPULAÇÃO DE MOSQUITOS

A piscicultura vem contribuindo para a transmissão da malária em algumas partes da Amazônia. Ela é realizada em tanques artificiais que têm se transformado em espaços atrativos para os mosquitos depositarem seus ovos. Esta pesquisa estuda o problema da malária na região do Alto Juruá, no Acre, propondo um sistema de equações diferenciais como modelo epidemiológico, levando em conta a relação entre a falta de manutenção dos tanques de piscicultura e a malária.

OBJETIVO

- Modelar matematicamente o impacto da frequência de limpeza de piscinas de piscicultura na evolução da malária na região do Alto Juruá e prover recomendações sobre a frequência e a intensidade da limpeza para que a doença seja erradicada ou permaneça endêmica.

Autoria:
Felipe José Pinto Antunes, sob a orientação de Maria Soledad Aronna

Pesquisadores:
Maria Soledad Aronna, Cláudio Torres Codeço e Felipe José Pinto Antunes

Organização:
Escola de Matemática Aplicada (EMAp)

Apoio:
Fundo de Pesquisa Aplicada da Fundação Getulio Vargas (FPA FGV)

METODOLOGIA DA PESQUISA

O modelo desenvolvido integra a dinâmica vetor-hospedeiro da malária, o ciclo de vida dos mosquitos *Anopheles Darlingi* e a limpeza e o crescimento da vegetação de bordo em tanques de piscicultura.

O sistema inclui dois tipos de capacidade de carga para larvas, representando duas classes de tanques de piscicultura: aqueles com peixes predadores de larvas e aqueles sem. Ambas as capacidades dependem da porcentagem de bordos cobertos por vegetação, o que é modelado para obedecer a uma equação diferencial contendo saltos ou, mais precisamente, "impulsos".

As variáveis do sistema são vegetação, população de mosquitos suscetíveis, população de mosquitos infectados, população de larvas em tanques com peixes predadores, população de larvas em tanques sem peixes predadores, proporção da população humana suscetível e proporção de infectados.

Foram deduzidos teoremas sobre o comportamento assintótico do sistema de equações diferenciais proposto, e o sistema foi simulado numericamente e analisado.

Os valores numéricos para parâmetros do sistema foram obtidos de uma revisão da literatura e de estimativas obtidas em entrevistas e atividades coletivas durante uma visita de campo à região do Alto Juruá, junto com uma equipe da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ).

RESULTADOS

Em termos teóricos, os principais resultados da pesquisa foram dois: o primeiro refere-se à população total de mosquitos, com respeito a sua convergência para uma solução periódica ou convergência para 0; o segundo refere-se à proporção de população humana infectada com malária, também com respeito a sua convergência para uma solução periódica ou convergência para 0. Ambos os teoremas fornecem condições suficientes em termos dos parâmetros do sistema para determinar seu comportamento assintótico.

Outro importante resultado de natureza teórica é um que diz respeito a uma classe de equações diferenciais cooperativas com o lado direito mensurável no tempo. Ele fornece a espinha dorsal abstrata dos dois teoremas anteriores.

Além dos avanços em termos de modelagem matemática, a análise permitiu concluir que a limpeza da vegetação de bordo reduz a população média de mosquitos, e isso, por sua vez, afeta a taxa em que a malária se dissemina através de hospedeiros humanos.

Estimativas numéricas do modelo mostraram que é biologicamente inviável eliminar a população de mosquitos por meio de remoção da vegetação de bordo, mas que essa remoção pode sim levar à redução da incidência de malária ou mesmo a sua eliminação.

O QUE HÁ DE NOVO

Nos últimos anos, houve estudos sobre a existência da relação entre a piscicultura e a incidência da malária, mas este é o primeiro trabalho que quantifica essa relação por meio de um modelo matemático.

O estudo também mede a relação entre a potencial limpeza periódica dos tanques de piscicultura e a incidência da doença. Sobre isso, não há resultados na literatura.

APLICAÇÕES DOS RESULTADOS E POSSÍVEIS EXTENSÕES DA PESQUISA

O modelo desenvolvido pode ilustrar tanto situações reais como situações possíveis, pode ser ajustado quando houver variação dos valores dos parâmetros e pode ser aplicado a situações similares em outras localidades.

Os resultados obtidos podem servir de base para campanhas educacionais. Uma maior consciência da relação entre malária e vegetação de bordo dos tanques de piscicultura pode afetar o comportamento da população humana, a levar a um aumento da frequência de limpeza desses tanques.

A IMPORTÂNCIA DOS PRECEDENTES NAS DECISÕES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

O novo Código do Processo Civil do Brasil aumentou a importância dos precedentes no processo de decisão judicial, dando um passo significativo para aproximar o sistema jurídico brasileiro do *common law*. Nesse novo contexto, um aspecto relevante para a prática jurídica é a avaliação do peso dos precedentes nas decisões do Supremo Tribunal Federal (STF).

OBJETIVO

- Avaliar a importância dos precedentes nas decisões judiciais brasileiras, analisando a rede de precedentes extraídos de decisões publicadas pelo STF entre 2000 e 2018.

Autoria:
Alexandre A. A. Almeida, Fernando A. Correia, Guilherme F. C. F. de Almeida, Hélio Lopes e José Luiz Nunes

Organização:
Escola de Direito do Rio de Janeiro (Direito Rio)

Apoio:
Fundo de Pesquisa Aplicada da Fundação Getulio Vargas (FPA FGV), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

METODOLOGIA DA PESQUISA

A base de dados utilizada no estudo foi criada e é mantida pelo projeto "Supremo em Números", da FGV Direito Rio.

A rede de citações usada é o resultado da extração de citações das 1.152.963 decisões publicadas pelo STF entre 2008 e 2018 – classificadas pela Corte em 57 categorias, conhecidas como classes processuais.

Embora o caminho mais lógico para criar uma rede de citações fosse usar cada decisão como um "nó", como não há no Judiciário brasileiro um padrão formal para citação de precedentes, não era possível identificar de forma confiável qual decisão específica de determinado processo estava sendo citada no texto. Para contornar essa limitação, optou-se por agrupar todos os votos dados em uma ação e usar ações como "nós".

Como cada ação tem múltiplas decisões, esse método cria algumas distorções na rede. Para minimizar o erro na datação dos "nós", adotou-se a data da primeira decisão da ação como a data do "nó".

A representação final da rede terminou com 543.759 "nós" ligados por 2.404.616 arestas, em que 90,6% dos "nós" citam pelo menos outro "nó" e 21,8% são citados pelo menos uma vez.

As ações e as decisões foram agrupadas em cinco grandes grupos: constitucionais (que lidam com a constitucionalidade das leis em abstrato), recursos (que buscam reverter com fundamentos constitucionais decisões de instâncias inferiores), criminais (em que o STF atua como um tribunal criminal comum para certos agentes públicos federais), *writs*, (pedidos de *habeas corpus* e mandados de segurança) e outras (todas as que não se enquadram nas classificações anteriores).

RESULTADOS

A primeira conclusão que se pode extrair da análise é que há múltiplos perfis de citação no STF e que ações diferentes apresentam comportamentos distintos.

Em ações de recurso e *writs*, a maioria das citações ocorre muito cedo na vida da decisão. Depois dos primeiros anos, há um forte decréscimo na citação dessas decisões, o que indica que seu conteúdo rapidamente perde importância em decisões de novas ações.

A atuação de controle constitucional do STF apresenta uma permanência muito maior, e as decisões desse tipo ainda recebem uma quantidade relevante de citações até 15 anos depois de tomadas. A maioria delas ocorre por volta de 8 anos depois da decisão. As citações de ações pertencentes a outros grupos ocorrem, na maioria, num prazo menor.

A maior parte das decisões cita um número relativamente pequeno de outras decisões, enquanto uma minoria cita muitos precedentes. Similarmente, a maioria das decisões é citada por um número relativamente pequeno de outras, e um número muito pequeno de decisões é citado com grande frequência.

Em qualquer ano dado, é mais provável que os ministros citem casos de anos recentes, o que indica que as decisões devem ter um ciclo de vida curto, com a maioria das citações sendo citadas logo depois de serem proferidas.

O QUE HÁ DE NOVO

Até hoje não foi realizada a busca automatizada de precedentes relevantes nas decisões do STF, em parte graças à enorme produção de decisões pela Corte e em parte graças aos desafios técnicos decorrentes da natureza não estruturada das práticas do STF.

Este projeto apresenta um estudo da relevância dos precedentes levando em conta a singularidade do sistema jurídico brasileiro e do STF.

APLICAÇÕES DOS RESULTADOS E POSSÍVEIS EXTENSÕES DA PESQUISA

A análise exploratória desenvolvida na pesquisa revela importantes desafios que precisam ser superados por pesquisas futuras para que a tecnologia tenha o impacto que pode ter na prática do direito e na academia.

As técnicas tradicionais para medir a centralidade da rede não conseguem captar de modo adequado a relevância jurídica na rede de precedentes do STF.

Pesquisas futuras devem quantificar de que maneira, se de fato isso se verificar, as características idiossincráticas da prática do STF impactam a métrica da rede de precedentes.

A PADRONIZAÇÃO COMO ESTRATÉGIA PARA LIDAR COM A CARGA DE TRABALHO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Ao longo dos últimos cinco anos, cada um dos onze ministros do STF produziu, em média, 9 mil decisões. Este estudo revela que, para alcançar esse resultado, além de usarem a "repercussão geral" – filtro criado por emenda constitucional que capacita o STF a selecionar casos de revisão constitucional que ele considera importantes –, os ministros têm adotado outro procedimento: tomar, em casos similares, decisões praticamente idênticas.

OBJETIVO

- Investigar, por meio de análise quantitativa, a semelhança textual entre decisões monocráticas em ações de revisão constitucional tomadas pelos ministros do STF e sua relação com a quantidade de demandas de revisão de processos judiciais e o número de decisões elaboradas por cada ministro da Corte.

Autoria:
Ivar A. Hartmann, Fernando A. Correia, Guilherme da Franca Couto, José Nunes e Helio Lopes

Pesquisadores:
Ana Helena Nascif, Felipe A. Silva, Joanna Santos Trota e João Pedro Molina

Organização:
Centro de Tecnologia e Sociedade (CTS) da Escola de Direito do Rio de Janeiro (Direito Rio)

Apoio:
Fundo de Pesquisa Aplicada da Fundação Getulio Vargas (FPA FGV)

METODOLOGIA DA PESQUISA

O conjunto de dados da pesquisa é constituído por quase 250 mil decisões individuais produzidas pelo STF, nos últimos seis anos, em ações de revisão constitucional (recursos).

As decisões de cada ministro compõem uma coleção separada. As decisões são categorizadas por nível de padronização, combinando medidas de similaridade, técnicas de agrupamento e redução de dimensionalidade.

Inicialmente, é desenvolvido um processo para a verificação da semelhança em coleções de decisões monocráticas relativas a casos de revisão constitucional concreta (recursos) para cada ministro do STF.

Para verificação da similaridade entre duas decisões, cada uma delas é representada como um vetor de características, seguindo o modelo *bag of word*, e a medida de similaridade utiliza o método de similaridade de cosseno.

A seguir, é realizada uma análise quantitativa temporal abrangendo um período de cinco anos (entre 2013 e 2018). Para a análise quantitativa, é feito um agrupamento hierárquico para categorização das decisões. Emprega-se uma classificação de decisões como de máxima, alta ou baixa semelhança com qualquer outra decisão, definindo-se os limites das categorias por meio de anotações feitas por quatro estudantes formados em direito.

Para permitir a visualização de dados, a representação vetorial da decisão é reduzida a um vetor bidimensional utilizando-se a técnica t-Distributed Stochastic Neighbor Embedding (t-NSE).

RESULTADOS

A análise, segundo a abordagem proposta, revelou que os ministros do STF produziram uma quantidade significativa de decisões similares. Apesar de constatar um movimento recente no sentido de adoção de novos conteúdos textuais, a padronização ainda está presente, se bem que com intensidade menor do que antes.

Além disso, o uso de decisões padronizadas tem impacto direto na quantidade de trabalho produzida. Ministros que tomam decisões mais repetitivas têm maior probabilidade de atender à demanda de tomada de decisões judiciais. Isso reforça a ideia de que escrever decisões similares é uma estratégia para lidar com a enorme carga de trabalho.

Os ministros são mais repetitivos em anos de maior carga de trabalho, e há uma indicação de que eles tendem a se tornar mais repetitivos à medida que seu mandato evolui.

O QUE HÁ DE NOVO

Até agora, nenhum estudo havia avaliado quantitativa e sistematicamente o conteúdo do enorme montante de decisões tomadas pelo STF para descobrir se, e em que medida, os ministros usam a padronização como uma técnica para lidar com um grande volume de casos.

APLICAÇÕES DOS RESULTADOS E POSSÍVEIS EXTENSÕES DA PESQUISA

Algumas hipóteses relevantes que não puderam ser testadas no estudo parecem oferecer opções promissoras para pesquisas futuras. Uma delas é verificar se a similaridade ocorre comumente em partes específicas das decisões. Em trabalhos futuros, pretendemos usar uma abordagem baseada em Word Movers' Distance (WMD), que permite avaliar a "distância" entre dois documentos, de maneira significativa, mesmo quando eles não têm nenhuma palavra em comum.

Também queremos explorar similaridades entre decisões individuais de diferentes ministros, verificando se estes reusam decisões entre si, sondando ligações entre membros do STF.

AS BARREIRAS TRIBUTÁRIAS ÀS DOAÇÕES A ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NO BRASIL

Nas últimas décadas, as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) desempenharam no Brasil um papel fundamental na garantia e na afirmação de direitos. Entretanto, sua sustentabilidade tem sido ameaçada pela baixa capacidade de geração de recursos próprios, pela fragilidade dos mecanismos de financiamento e pelo cenário de insegurança jurídica na relação com o Estado. Esta pesquisa traz subsídios para a eliminação das barreiras tributárias às doações a OSCs por meio do aperfeiçoamento da legislação do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD).

OBJETIVO

- Obter uma visão abrangente sobre tributação de doações a OSCs em perspectiva comparada e na experiência brasileira (tanto legislativa quanto de sua jurisprudência), além de expor dados econômicos relativos ao caso brasileiro. Após o diagnóstico, também foi realizado um estudo com recomendações para o aperfeiçoamento do tratamento jurídico do tema no país.

Coordenação:
Aline Gonçalves de Souza,
Aline Viotto e Eduardo Pannunzio

Autoria:
Eduardo Pannunzio, Mariana Vilella, Pedro Andrade Costa de Carvalho, Rafael Oliva e Valéria Trezza

Organização:
Escola de Direito de São Paulo (Direito SP)

Apoio:
Fundo de Pesquisa Aplicada da Fundação Getulio Vargas (FPA FGV), União Europeia (no âmbito do programa EuropeAid/150217/DD/ACT/BR), Instituto Arapyaú, Instituto de Cidadania Empresarial (ICE), Fundação Lemanne e Laudes Foundation

METODOLOGIA DA PESQUISA

Montagem e disponibilização de uma base de dados com informações sobre a tributação de heranças e doações de 75 países, selecionados de acordo com a disponibilidade de dados, contemplando todos os continentes.

Estruturação e análise de duas outras bases de dados públicas: uma contendo leis, decretos e demais atos normativos relativos ao ITCMD de cada um dos 26 estados brasileiros e do Distrito Federal, e outra que sistematiza, na forma de matriz, as principais informações a respeito dessa legislação.

Busca e análise de decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e pelo Superior Tribunal da Justiça (STJ) a respeito do ITCMD, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988. Procurou-se identificar quais aspectos (direta ou indiretamente) relacionados ao tributo foram por eles apreciados e quais foram os posicionamentos estabelecidos.

Levantamento de informações relativas à arrecadação do ITCMD, com análise de dados de dez estados que disponibilizaram o valor de ITCMD arrecadado de doações de pessoas jurídicas em 2016 e de seis estados que fizeram o mesmo em relação a 2017.

RESULTADOS

A experiência internacional sugere que há um duplo equívoco na sistemática brasileira de tributação de heranças e doações: tributamos pouco quem deveria ser tributado (contribuintes com maior poder aquisitivo, no caso de heranças e doações de interesse privado) e muito quem simplesmente não deveria sofrer tributação (OSCs, no caso de doações).

Como o ITCMD é um imposto de competência estadual, as diversas legislações sobre ele variam muito conforme o estado – o que é favorecido pela ausência, até hoje, de uma lei complementar que ofereça parâmetros mínimos a serem observados em todo o território nacional.

Nesse cenário, é difícil e penoso para uma OSC assegurar-se de estar cumprindo rigorosamente as normas sobre ITCMD. Isso vale tanto paras as OSCs que desejam recolher o imposto quanto para aquelas beneficiadas pela imunidade constitucional ou por algum tipo de isenção, sobretudo no caso de doações interestaduais. Num ambiente de permanente insegurança jurídica, os custos de atender a todos os complexos parâmetros legais se tornam demasiadamente elevados.

A atuação do STF e do STJ nessa questão é claramente limitada, o que é evidenciado em dois aspectos principais: i) grande quantidade de decisões que não julgam o mérito das questões por motivos processuais; ii) nas decisões em que há julgamento do mérito, há pouca fundamentação que contribua para o entendimento da motivação que levou ao resultado, principalmente no STJ. Mas, de forma geral, há uma tendência, em especial no STF, de assegurar a efetividade da imunidade das instituições de assistência social e educação, interpretando-a da maneira mais ampla possível.

A baixa disponibilidade de dados públicos abertos sobre o ITCMD impede a compreensão do "perfil" da arrecadação a ele associado – os pesos relativos de heranças e doações, por exemplo, assim como a participação de pessoas físicas e jurídicas na arrecadação derivada de doações.

O valor arrecadado de ITCMD com doações a pessoas jurídicas – grupo que inclui as OSCs – representa uma parcela muito pequena da receita corrente líquida dos estados. Em simulações feitas com três estados (São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul), uma eventual recomposição da receita renunciada com a isenção de ITCMD nas doações a pessoas jurídicas requereria ajustes inferiores a 0,09 ponto percentual na alíquota hoje incidente sobre operações de transmissão *causa mortis*.

Nesse quadro, pode-se supor que a ampliação das hipóteses de imunidade e isenção que venham a alcançar um conjunto mais amplo de doações a OSCs (em face do que ocorre hoje) não produzirá efeitos fiscais relevantes.

Em resumo, a tributação de doações a OSCs no Brasil destoa das práticas internacionais, cria um ambiente de insegurança jurídica para as organizações e não gera receitas relevantes na composição do orçamento público – constituindo, evidentemente, um anacronismo do sistema tributário brasileiro.

O QUE HÁ DE NOVO

A pesquisa é uma iniciativa acadêmica inovadora que busca atender a demandas de OSCs, governos e empresas para a produção de dados, análises e proposições, num cenário em que é dada pouca atenção a essa temática.

APLICAÇÕES DOS RESULTADOS E POSSÍVEIS EXTENSÕES DA PESQUISA

Os resultados da pesquisa podem servir de subsídio para o debate público em torno do tratamento jurídico dado ao ITCMD no país e, assim, auxiliar no aprimoramento legislativo do campo, tarefa bastante premente no caso brasileiro.

Também poderão subsidiar uma ação de *advocacy* com vistas à simplificação burocrática e à qualificação do debate sobre os casos de imunidade ou isenção, dado o caráter público dos donatários.

Duas questões não contempladas na pesquisa merecem pesquisas futuras: (i) de quem é o ônus da comprovação dos requisitos para o exercício da imunidade: da OSC ou do Fisco?; (ii) é legítima a exigência de reconhecimento administrativo prévio para fins de gozo da imunidade?

AS BASES DE DADOS DESAGREGADAS AJUDAM A EXPLICAR A INFLAÇÃO BRASILEIRA?

A utilização de dados desagregados para prever inflação, em tese, pode melhorar o poder preditivo nos diversos horizontes de tempo em relação a modelos que utilizam somente dados agregados. Este estudo utiliza informações das bases de dados do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV IBRE) para avaliar se o uso de dados desagregados e bases grandes traz ganhos adicionais para explicar a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

OBJETIVO

- Sintetizar informações das bases de dados pública e ampliada do IBRE para avaliar se há um ganho adicional derivado da base de dados ampliada para explicar o IPCA.

Autoria:
Diogo de Prince, Emerson Fernandes Marçal e Pedro Valls

Organização:
Escola de Economia de São Paulo (EESP)

Apoio:
Fundo de Pesquisa Aplicada da Fundação Getulio Vargas (FPA FGV)

METODOLOGIA DA PESQUISA

A análise cobre dois tipos de base de dados do IBRE: a pública (que inclui 31 variáveis) e a ampliada (com um total de 8.007 variáveis), que, além dos dados públicos, contém dados restritos e exige assinatura para ser acessada.

Foram consideradas todas as variáveis que começam até janeiro de 2000, para que as séries se iniciassem no mesmo período de tempo. Além disso, foram incluídas todas as variáveis que tinham dados até dezembro de 2018.

O número de fatores a ser extraído de cada base de dados foi determinado pelo procedimento de Bai e Ng ("Determining the number of factors in approximate factor models". *Econometrica*, 70 (1):191–221, jan. 2002), resultando em 6 fatores da base de dados pública e 15 fatores da base de dados ampliada.

Os fatores foram extraídos de três diferentes bases de dados: (i) só dados públicos, (ii) só dados restritos e (iii) a combinação de dados públicos e restritos. Em razão principalmente do grande número de variáveis na parte da base de dados que é restrita, foi preciso reduzir a dimensionalidade. Isso foi feito por meio do modelo fatorial – que é útil se as variáveis contêm componentes comuns, como é o caso neste estudo.

Os fatores extraídos são utilizados como variáveis para explicar a inflação medida pelo IPCA. Do conjunto de variáveis iniciais, que é amplo, selecionou-se um subconjunto de variáveis que se mostrou relevante em explicar a evolução da inflação. O algoritmo utilizado para seleção é dado pelo Autometrics desenvolvido por Doornik e Hendry (PcGive 13. *Timberlake Consultants Press*, 2009). O algoritmo permite a detecção de *outlier* e mudanças estruturais. O modelo estimado permite estrutura dinâmica nas variáveis dependentes e independentes.

RESULTADOS

Os fatores extraídos da base de dados públicos trazem ganhos para explicar a inflação em relação a um modelo autorregressivo. No entanto, o uso de fatores ligados à base de dados restritos ainda leva a ganhos de poder explicativo da inflação quando comparado ao modelo só com fatores extraídos da base de dados públicos ou ao modelo autorregressivo. O modelo a partir da base pública também apresenta ganhos em relação ao modelo autorregressivo.

O ganho em poder explicativo para a inflação quando se usam os fatores extraídos da base de dados restritos é de cerca de 3 pontos percentuais em relação ao uso só de fatores da base de dados públicos. Ou seja, foi possível explicar cerca de 75% das variações da inflação com o uso de fatores extraídos das bases de dados públicos e restritos.

O QUE HÁ DE NOVO

Existem evidências de que modelos desagregados melhoram o poder preditivo em relação àqueles que utilizam apenas dados agregados. Isso já foi objeto de pesquisa para o IPCA, mas foram utilizados apenas dados públicos. Este estudo tenta, pela primeira vez, realizar a interação entre os dados do IBRE que são restritos e os dados do IPCA.

APLICAÇÕES DOS RESULTADOS E POSSÍVEIS EXTENSÕES DA PESQUISA

A obtenção de modelos de projeção de inflação usando dados agregados e desagregados dos índices de preços do IBRE, como é o caso deste estudo, possibilita a criação de ferramentas – a serem utilizadas por agentes econômicos como bancos, governos e outras instituições privadas – que permitam melhorar as previsões desse índice importante da economia brasileira.

Há um amplo caminho de pesquisa que pode ser percorrido. Uma extensão natural do trabalho seria simular o desempenho preditivo fora da amostra das bases citadas. À medida que os indicadores fossem sendo disponibilizados na amostra, um modelo de predição seria estimado e seu desempenho, avaliado. Nesse exercício, seria simulado o ganho da utilização das bases em tempo real. Outra possível extensão consiste em utilizar a base para prever indicadores de atividade econômica como Produto Interno Bruto (PIB) e produção industrial brasileira. Por fim, pode-se aplicar um grupo grande de técnicas econométricas para construção de modelos de previsão e avaliar qual delas tem melhor desempenho a partir das bases do IBRE. Isso pode servir para que analistas de mercado extraiam todo o potencial da base, fornecendo um guia sobre *como* as utilizar.

AVALIAÇÃO DE IMPACTO DO SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL (SPED)/ NOTA FISCAL ELETRÔNICA

A adoção do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) no Brasil, particularmente da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), possibilitou que as autoridades tributárias passassem a ter informações sobre os contribuintes e suas transações em tempo real. Este estudo tira proveito da variação na adesão ao SPED dentro de um setor/estado ao longo do tempo para estudar os impactos fiscais e econômicos de sua implementação.

OBJETIVO

- Investigar os impactos da introdução do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) – com ênfase na Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) – sobre variáveis que refletem o valor adicionado registrado das empresas, a arrecadação fiscal e a dinâmica do mercado de trabalho formal.

Autoria:
Ciro Biderman

Organização:
Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP)

Apoio:
Fundo de Pesquisa Aplicada da Fundação Getulio Vargas (FPA FGV), Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo (SEFAZ/SP) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

METODOLOGIA DA PESQUISA

Utilizando um banco de dados exclusivo em painel no nível dos setores de atividade econômica (CNAE 5 dígitos) para 10 estados, disponibilizado pelas autoridades fiscais locais, e dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), foram aplicadas estratégias empíricas de diferenças-em-diferenças e de estudo de evento explorando o fato de que setores econômicos em diferentes estados implementaram a NF-e em distintos períodos no tempo.

A base de dados final foi consolidada num painel estruturado por Setor CNAE – Estado – Ano/Mês, abrangendo o período de janeiro de 2002 a dezembro de 2018. Após a consolidação, novas variáveis foram construídas: i) vendas, ii) compras, iii) débito fiscal, iv) crédito fiscal e v) valor adicionado totais (soma dos valores das firmas que aderiram à NF-e com os valores das firmas que não aderiram).

A implementação da NF-e é medida por duas variáveis: i) adesão monetária, que corresponde à proporção das vendas registradas de empresas que já aderiram à NF-e no mês de referência, ii) *dummy* de adesão, uma variável binária que assume o valor 1 no primeiro mês em que o Setor CNAE de um estado apresenta valores de venda de firmas que aderiram à NF-e. Todas as variáveis monetárias foram corrigidas pela inflação, transformadas em valores constantes (ano-base de 2018) e convertidas em médias móveis de seis meses para tratar a questão da sazonalidade econômica.

RESULTADOS

A entrada da NF-e teve um impacto positivo sobre todas as dimensões fiscais de interesse consideradas no estudo – houve aumentos estatisticamente significantes de débito fiscal, crédito fiscal e arrecadação. Mas esses resultados devem ser interpretados com cautela, pois há evidência, em alguns deles, de que suas tendências antes da implementação da NF-e não eram semelhantes.

Um efeito indireto da implementação da NF-e foi o aumento da formalização da economia como um todo. Esse resultado é mais robusto, pois não é possível recusar a hipótese de tendências semelhantes entre os setores antes da implementação da NF-e.

O número de trabalhadores se expandiu em magnitude semelhante à da massa de salários, não havendo variações positivas do salário real médio. Os ganhos eventuais se restringiriam às atividades administrativas, que não aparecem numa análise global como a feita no estudo. A inspeção dos efeitos ao longo do tempo nos anos seguintes à entrada sugere que eles se realizam no período de 1 a 2 anos após a entrada na NF-e e deixam de ser relevantes a partir do 3º ano.

Em relação a compras totais, vendas totais e valor adicionado, embora os resultados sugiram que o comportamento dessas variáveis no período que antecede à adesão é diferente entre os setores que aderem e os que não aderem ao programa – o que sugere cautela na interpretação causal dos resultados –, existe associação positiva entre a entrada na NF-e e os valores das variáveis, tanto para o Brasil de forma agregada quanto para cada estado separadamente.

O QUE HÁ DE NOVO

Diferentes estudos realizados para países da América Latina indicam efeitos positivos decorrentes da implementação de instrumentos muito semelhantes à Nota Fiscal Eletrônica (NF-e). Este é o primeiro a avaliar impactos fiscais e econômicos da adoção da NF-e.

APLICAÇÕES DOS RESULTADOS E POSSÍVEIS EXTENSÕES DA PESQUISA

A adoção do Sistema Público de Escrituração Digital – em particular da NF-e – foi a principal inovação administrativa em finanças públicas implementada no Brasil. Ele permite que as autoridades tributárias tenham informação sobre os contribuintes e suas transações em tempo real, ao mesmo tempo que reduz os custos de transação das firmas no cumprimento das obrigações tributárias.

Uma contribuição deste estudo é justamente mostrar para as próprias secretarias de fazenda como utilizar os dados gerados pela NF-e. Curiosamente, apesar do potencial da NF-e para o planejamento e a gestão tributária, essa riqueza de informação tem sido pouco utilizada pelas Secretarias de Estado da Fazenda (SEFAZ) para fins de planejamento. Seu uso tem se restringido à fiscalização. Uma evidência nesse sentido foi a dificuldade que as Secretarias tiveram para gerar a base solicitada. Diversas Secretarias indicaram incapacidade de gerar tal informação, não obstante a mesma esteja disponível.

Considerando os ganhos estimados neste estudo, somados ao efeito indireto do aumento de formalização, que, por sua vez, tem um rebatimento na tributação da renda, o retorno dessa política parece ser extremamente positivo. Cabe agora encontrar formas de seguir inovando na gestão fiscal e tributária dos estados para continuar auferindo retornos nessa área.

CONGESTIONAMENTOS E POLUIÇÃO: UMA METODOLOGIA PARA ESTIMAR A QUALIDADE DO AR

A poluição do ar vem preocupando cada vez mais organizações médicas internacionais e governos, em razão de sua relação com um grande número de doenças respiratórias, entre outros efeitos. Este estudo propõe uma abordagem de alcance global que utiliza dados do Waze e do Open Street Maps (OSM) para estimar a concentração da poluição do ar. A metodologia é aplicada na estimação da qualidade do ar em Montevidéu, no Uruguai, usando como *proxy* a cidade de Oakland, CA, nos Estados Unidos.

OBJETIVO

- Propor uma metodologia para modelar a poluição espacial do ar em cidades de todo o mundo.

Autoria:
Eduardo F. Mendes
e João Luiz Carabetta

Organização:
Escola de Matemática
Aplicada (EMAp)

Apoio:
Dissertação do curso de Mestrado
em Modelagem Matemática da Escola
de Matemática Aplicada (EMAp)

METODOLOGIA DA PESQUISA

O estudo usa dados do Waze e do OSM para construir um conjunto de características destinado a modelar emissões de veículos em grandes cidades. Os dados do Waze trazem informações sobre todos os segmentos de vias congestionados de uma região a cada dois minutos, e o OSM é uma base de dados *open source*, detalhada e atualizada dinamicamente, das características mapeadas. Os dados são agregados numa malha hexagonal cobrindo a região, obtido pela base H3 do Uber.

O modelo matemático é treinado usando dados de uma área de 30 km^2 da região de Oakland, Califórnia, nos Estados Unidos. As variáveis dependentes são a concentração anual de partículas finas de *black carbon* (BC), óxido nítrico (NO) e dióxido de nitrogênio (NO2).

Os dados de poluição foram coletados entre 2015 e 2016, enquanto os dados do Waze são de março de 2019. Com base em outros estudos, supôs-se que os padrões de tráfego não mudaram de forma significativa entre esses períodos.

Por fim, o modelo é extrapolado para Montevidéu, no Uruguai, e é observada na prática a aderência ao que é esperado.

RESULTADOS

A poluição atmosférica é fortemente relacionada com a presença de vias expressas e rodovias com grandes fluxos de carros, em particular o BC e o NO, que têm nos veículos sua principal fonte de emissão. A relação entre o decaimento da concentração dos poluentes e a distância até essas vias, ditada pela interação dos poluentes com fatores atmosféricos, altera drasticamente a distribuição dos poluentes nos hexágonos do mapa. O NO_2 apresenta-se mais uniformemente distribuído do que o BC e o NO. Por outro lado, BC e NO, que apresentam um decaimento mais rápido com a distância, se distribuem de forma irregular, dependendo do tráfego nas vias. Esses padrões de comportamento distintos foram observados e mapeados.

Portanto, o estudo sugere que dados de tráfego do Waze e do OSM são bons candidatos a preditores nos modelos LUR (*Land Use Regression*), uma técnica de modelagem de poluição do ar que utiliza informações geográficas e de utilização da área.

O QUE HÁ DE NOVO

Devido a sua simplicidade, o modelo pode ser aprimorado de várias maneiras – por exemplo, com melhor elaboração de características dos dados do Waze e do OSM ou experimentando diferentes modelos.

O estudo abre um novo caminho para tratar do problema da transferibilidade do modelo LUR, isto é, aplicar o conhecimento apreendido em uma cidade a outra. Tradicionalmente, as variáveis preditoras são altamente localizadas e não padronizadas, o que impede que modelos sejam extrapolados para outras regiões. As bases de dados utilizadas podem ser usadas na maior parte do mundo e são mantidas adequadamente.

APLICAÇÕES DOS RESULTADOS E POSSÍVEIS EXTENSÕES DA PESQUISA

A utilização do método proposto possibilita que cidades em desenvolvimento, que têm pouca ou nenhuma medida de qualidade do ar, obtenham essa informação a um baixo custo quando comparado ao da instalação de sensores.

Este trabalho utiliza medição de poluentes em alta resolução para monitoramento online de poluentes. Naturalmente, a metodologia pode ser estendida a um cenário em que dados são coletados em baixa frequência. Nesse contexto, projetos como OpenAQ compilam dados de qualidade do ar de mais de 10 mil localidades, a maior parte provenientes de medidores de concentração de ar fixos esparsos. Mas, devido à grande quantidade de localizações, modelos LUR padrão só podem ser treinados usando características do Waze e do Open Street Maps. Desse modo, em novos estudos, a falta de dados de alta resolução poderia ser compensada pelo volume das localizações.

Diferentes cenários de validação podem ser adotados, usando cidades inteiras como conjuntos de dados de validação. Essa poderia ser uma solução para o problema da transferibilidade e uma forma de construir um método global de estimação da poluição do ar intraurbano.

Finalmente, o estudo pode ser aplicado na avaliação e na definição de políticas de saúde em grandes cidades.

DINHEIRO, ELEIÇÕES E CANDIDATOS

Há um consenso entre pesquisadores de que, nas eleições brasileiras, quem gasta mais recebe mais votos – mas não sobre qual tipo de candidato ou partido se beneficia mais do gasto eleitoral. Essa incerteza pode ser explicada pela pouca abrangência de dados e pela ausência de comparações ao longo do tempo e entre regiões. Para ajudar a preencher essa lacuna, esta pesquisa apresenta estatísticas descritivas que exploram a variação temporal e espacial dos gastos de campanha de candidatos eleitos e não eleitos em eleições para a Câmara dos Deputados.

OBJETIVO

- Analisar a evolução dos gastos eleitorais na eleição de candidatos à Câmara Federal nas quatro eleições realizadas no Brasil de 2002 a 2014.

Autoria:
George Avelino e Arthur Fisch

Organização:
Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP)

Apoio:
Fundo de Pesquisa Aplicada da Fundação Getulio Vargas (FPA FGV), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e Fundação Brava

METODOLOGIA DA PESQUISA

Os gastos eleitorais analisados se referem às quatro eleições gerais brasileiras realizadas entre 2004 e 2014. Todos os dados utilizados são fornecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que tem registrado sistematicamente os gastos de campanha desde 2002.

Foram feitas modificações nos dados do TSE para assegurar a compatibilidade ao longo do tempo e apresentá-las em dólares americanos (os dados foram deflacionados para reais de dezembro de 2016, usando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e, em seguida, os valores foram convertidos em dólares americanos usando a taxa média de câmbio do mesmo mês).

Foram elaboradas as seguintes tabelas comparativas:

- Gasto médio de campanha de candidatos eleitos (deputados federais, senadores, governadores e presidente da República);
- Gasto médio de campanha de presidentes eleitos (nesse caso, de 1994 a 2014).

Só para deputados federais:

- Gasto médio de campanha dos candidatos eleitos;
- Gasto médio de campanha dos candidatos não eleitos;
- Gasto médio de campanha de candidatos considerados de alta qualidade, que inclui os candidatos eleitos e um grupo selecionado de candidatos não eleitos (cuja votação foi no máximo 10% menor que a do último candidato eleito em sua respectiva lista);
- Índice de Gini de concentração de gastos de candidatos;
- Gastos médios de campanha de candidatos eleitos dos 7 partidos mais tradicionais;
- Gasto médio de campanha dos candidatos eleitos por estado.

RESULTADOS

Corroborando pesquisas anteriores, os resultados do estudo mostram que os gastos de campanha são uma ferramenta essencial para os candidatos.

Para o total de candidatos à Câmara dos Deputados, os gastos cresceram 51,4%, e para os candidatos eleitos cresceram 227% – ou seja, a razão de gastos de campanha entre candidatos eleitos e não eleitos passou de 6,4, em 2002, para 16,4, em 2014.

O número de candidatos de alta qualidade não eleitos – aqueles que atingiram pelo menos 90% dos votos do último eleito da sua lista – é em média de 60. Somados aos 513 eleitos, esse número sugere que as eleições para a Câmara dos Deputados são muito menos competitivas do que se esperaria, considerando o número total de candidatos por vaga, que varia de 9,5 a 16,5.

Os gastos de ambos os grupos de candidatos de alta qualidade se situa muito acima daqueles dos candidatos não eleitos, o que reforça a associação entre dinheiro e votos nas eleições brasileiras.

Foi encontrada uma variação importante entre estados e dentro de cada estado, o que sugere que a magnitude do distrito eleitoral e as características regionais têm influência limitada sobre os gastos.

Uma agregação de candidatos por partido sugere um quadro complexo que não pode ser explicado pela tradicional dicotomia governo-oposição.

O QUE HÁ DE NOVO

A influência do dinheiro no desempenho eleitoral foi confirmada pela relação inquestionável entre os candidatos que mais gastaram e os eleitos. Embora uma campanha que gaste muito não assegure a eleição, essa parece ser uma característica compartilhada por candidatos de alta qualidade, já que os gastos de campanha se concentraram num pequeno grupo de candidatos ao longo de todo o período.

Essas conclusões põem em dúvida a assunção de que um alto número de candidatos necessariamente se traduz numa competição eleitoral mais intensa. Ou seja, as eleições para a Câmara Federal são menos competitivas do que a literatura tradicional prevê.

APLICAÇÕES DOS RESULTADOS E POSSÍVEIS EXTENSÕES DA PESQUISA

Nossos achados abrem uma nova agenda de pesquisa sobre os custos das eleições brasileiras. Primeiro, como os gastos de campanha não mostraram sofrer nenhum impacto discernível da magnitude dos distritos eleitorais, são necessárias mais pesquisas comparativas para estabelecer a relação entre tamanho de distrito e gasto de campanha. Em segundo lugar, como argumentado por Samuels ("Money, Elections, and Democracy in Brazil." *Latin American Politics and Society* 43(2): 27-48), os candidatos são estimulados a aumentar seu gasto de campanha não pelo número bruto de competidores, mas pelos competidores de alta qualidade da lista de seu partido. A regra adotada neste estudo para definir candidatos de alta qualidade talvez seja extremada. Mas a escolha de uma regra de seleção adequada depende de saber o nível real de competição nas eleições proporcionais, o que requer mais pesquisa.

Os gastos de campanha foram tratados neste estudo como um agregado, mas os relatórios dos candidatos ao TSE permitem uma discriminação detalhada de tipos de gasto. Esses dados podem, por exemplo, permitir a investigação sobre se alguns tipos de gasto são mais eficazes e em qual contexto isso ocorre.

HISTÓRIA ORAL DOS 40 ANOS DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Motivado pelo quadragésimo aniversário da criação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), este projeto de pesquisa propõe um novo discurso científico sobre a CVM: compreender a história da instituição com base na narrativa de seus ex-presidentes, resgatando a memória, a trajetória e a versão desses atores em relação ao período em que presidiram a instituição.

OBJETIVO

- Narrar a história da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) por meio de entrevistas com seus ex-presidentes, com a finalidade de compreender a trajetória da instituição, desde sua criação, bem como sua participação no desenvolvimento e na regulação do mercado de capitais do Brasil.

Autoria:
Izabel Nuñez e Paulo Augusto Franco

Pesquisador:
Antônio José Matristrello Porto

Organização:
Escola de Direito do Rio de Janeiro (Direito Rio)

Apoio:
Fundo de Pesquisa Aplicada da Fundação Getulio Vargas (FPA FGV) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

METODOLOGIA DA PESQUISA

A chamada história oral pode ser pensada como um gênero híbrido de investigação que abrange articulações entre os planos das trajetórias individuais, a história institucional e a nacional.

Por meio do método fonte-técnica da história oral, procurou-se abordar a instituição como um duplo exercício de incorporações: tanto o indivíduo na instituição quanto a instituição no indivíduo.

Foram realizadas entrevistas, nas quais buscou-se relacionar as trajetórias pessoais de ex-presidentes da CVM com a formação e a estruturação da instituição, com atenção ao estudo dos aspectos contextuais do Brasil e do mundo à época.

Para nortear as entrevistas, foram elaborados roteiros gerais, referentes a episódios nacionais e internacionais, no período de 1940 a 2000, tendo por foco a história da instituição e do Brasil, especialmente os acontecimentos no campo da economia e do direito.

O perfil individual dos entrevistados foi produzido com base em informações sobre suas trajetórias, disponíveis em fontes acessíveis publicamente, como sites e livros.

Finalizadas as gravações em áudio e vídeo, o material foi transcrito e passou pelo processamento-padrão, conforme metodologia do programa de história oral, desenvolvida e aplicada pelo FGV CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil): conferência de fidelidade, padronização das entrevistas e elaboração de sumários.

RESULTADOS

As narrativas colhidas nas entrevistas com ex-presidentes da CVM demonstram intensas relações entre os planos pessoais individuais – isto é, quanto aos aspectos da formação social e profissional dos indivíduos – e o contexto da época, expresso não somente pela CVM, mas também pelo mercado, pelo Estado, pela sociedade e, no limite, pelo mundo.

Além da história da instituição em si, a pesquisa traz contribuições para a história do pensamento econômico e político brasileiro, tendo em mente, em especial, a necessidade de conferir inteligibilidade aos chamados grandes processos sociais, em busca das diversidades subsumidas na lógica catalítica de grandes conceitos como o “mercado” e o “direito”.

O QUE HÁ DE NOVO

A reconstituição da trajetória da Comissão de Valores Mobiliários por meio de relatos de seus ex-presidentes, além de refazer o percurso institucional da entidade, expõe o desenvolvimento de relações no mercado de valores mobiliários do país para além dos registros formais, enriquecendo o arcabouço histórico da instituição.

APLICAÇÕES DOS RESULTADOS E POSSÍVEIS EXTENSÕES DA PESQUISA

A pesquisa resultou na publicação do livro A *invenção do mercado de capitais no Brasil: a formação da CVM segundo seus primeiros presidentes (1976-1988)*, de Izabel Saenger Nuñez e Paulo Augusto Franco.

Todo o acervo reunido na pesquisa está disponibilizado no site do FGV CPDOC, no âmbito do Programa de História Oral. As entrevistas em áudio e vídeo também fazem parte do acervo da escola.

Os produtos da pesquisa poderão ser utilizados no Mestrado em Direito da Regulação da FGV Direito Rio, além de serem de interesse geral da sociedade e terem grande impacto para a advocacia empresarial em geral. Adicionalmente, poderão servir de base para e influenciar a discussão sobre o novo código comercial e reforma da lei das S/A.

PRODUTIVIDADE TRIMESTRAL DA ECONOMIA BRASILEIRA

Com o fim do bônus demográfico, a única forma de aumentar a renda *per capita* do Brasil nas próximas décadas será a elevação da produtividade do trabalhador. Este estudo traz um importante subsídio para o entendimento da evolução da produtividade brasileira ao construir, pela primeira vez, indicadores trimestrais de produtividade agregada e setorial.

Autoria:
Fernando Veloso, Silvia Matos e Paulo Peruchetti

Organização:
Instituto Brasileiro de Economia (IBRE)

Apoio:
Fundo de Pesquisa Aplicada da Fundação Getulio Vargas (FPA FGV)

OBJETIVO

- Construir séries trimestrais de produtividade utilizando como insumo do fator trabalho tanto a série de pessoal ocupado quanto a quantidade de horas trabalhadas para o Brasil.

METODOLOGIA DA PESQUISA

São construídas séries trimestrais de produtividade para o Brasil entre o primeiro trimestre de 2012 e o último trimestre com informações disponíveis. São calculadas medidas de produtividade do trabalho, para o agregado da economia, para os três grandes setores econômicos (agropecuária, indústria e serviços) e seus subsetores.

Os indicadores de produtividade são calculados usando duas medidas do fator trabalho: população ocupada e horas trabalhadas. A segunda medida leva em consideração o fato de, ao longo do ciclo econômico, as horas trabalhadas poderem variar, o que afeta os indicadores de produtividade por trabalhador ocupado.

A produtividade do pessoal ocupado é definida como o resultado da divisão do valor adicionado a preços de 2016, de determinada atividade em determinado ano, pela população ocupada na atividade no mesmo período. Na produtividade por horas trabalhadas, o divisor passa a ser o total de horas trabalhadas na atividade no mesmo período.

Os dados de valor adicionado para a produção agregada e os 12 setores da economia brasileira foram obtidos das Contas Nacionais Trimestrais – que estão integradas às Contas Nacionais – referência 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os dados de população ocupada e horas trabalhadas em todas as ocupações são extraídos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua).

RESULTADOS

O cenário de crescimento da produtividade do trabalho do Brasil não é nada animador. O nível da produtividade ainda é muito baixo, e sua taxa de crescimento em 2018 e 2019, apesar de ser melhor quando comparada à de 2015, período de maior queda, ainda é negativa.

No cálculo por pessoal ocupado, entre o segundo trimestre de 2016 e o segundo de 2017, houve retomada da produtividade nos três grandes setores da economia e na produtividade agregada. No entanto, os dados mostram que, desde então, houve uma desaceleração da taxa de crescimento da produtividade agregada.

A produtividade do trabalho acumulada em quatro trimestres, que se encontrava em recuperação desde 2016, teve queda de 0,9% no quarto trimestre de 2019, quando calculada por trabalhador ocupado, e de 1%, se considerada a medida de produtividade por horas trabalhadas.

Chama a atenção, em particular, o fraco desempenho da produtividade do trabalho no setor de serviços, que, medida tanto por pessoal ocupado quanto por horas trabalhadas, está em queda desde 2014. Como esse setor concentra cerca de 70% da população ocupada e das horas trabalhadas, isso ajuda a entender por que a produtividade do trabalho avançou pouco nos últimos anos.

O QUE HÁ DE NOVO

Embora existam no Brasil estimativas de produtividade em frequência anual, não há informações públicas na frequência trimestral. Este estudo tem como objetivo corrigir essa lacuna.

APLICAÇÕES DOS RESULTADOS E POSSÍVEIS EXTENSÕES DA PESQUISA

Com o fim do bônus demográfico, a única forma de aumentar a renda *per capita* do Brasil nas próximas décadas será por meio da elevação da produtividade do trabalhador. Portanto, discussões sobre o tema de produtividade ganham cada vez mais importância no meio acadêmico e entre os formuladores de política econômica, e descrever sua evolução ao longo do tempo pode dar uma importante contribuição para o debate público acerca do tema.

Estudos já mostraram que, por trás do baixo crescimento da produtividade agregada brasileira desde 1995, existe grande heterogeneidade na trajetória da produtividade do trabalho nos três grandes setores da economia (agropecuária, indústria e serviços). A construção de indicadores trimestrais para os doze principais setores da economia ajuda a entender a dinâmica setorial da produtividade ao longo dos ciclos econômicos e pode servir de subsídio para a formulação de políticas públicas.

A FGV EM 2020

Há 76 anos, a Fundação Getulio Vargas nascia com o objetivo de estimular o desenvolvimento socioeconômico nacional por meio da formação de administradores qualificados, nas áreas pública e privada. Ao longo do tempo, ampliou sua atuação para outros campos de estudo, sendo sempre reconhecida pela qualidade e pela excelência ao produzir e difundir conhecimento.

Como referência em educação no país e no exterior pelos seus programas de graduação e pós-graduação, a FGV tem um vasto portfólio educacional em diversas áreas, como Administração Pública e de Empresas, Economia, Direito, Ciências Sociais, Ciência de Dados, Relações Internacionais e Matemática Aplicada.

Em 2020, ano marcado pela grande pandemia da Covid-19, que gerou inúmeras consequências para a humanidade, a FGV conseguiu, em pouco tempo, enfrentar as necessidades impostas por essa emergência global.

Durante o distanciamento social, os programas presenciais foram adaptados para aulas ao vivo por videoconferência. Com isso, a FGV permaneceu presente em mais de 100 cidades do Brasil, além dos núcleos Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília. A metodologia adotada foi a de aulas síncronas por meio de uma moderna tecnologia combinada com materiais online.

A instituição também manteve a realização de vestibulares e demais processos seletivos de forma totalmente online, garantindo a segurança dos candidatos e seguindo as recomendações dos órgãos de saúde. Além disso, passou a realizar eventos virtuais com o intuito de continuar a fortalecer a troca de conhecimento com o público em geral. Os webinars promovidos pela FGV aconteceram diariamente, de forma online e gratuita.

Diante desse contexto de massificação do uso de instrumentos tecnológicos, a FGV vem trilhando um caminho de transformação digital que não é de hoje, e sim fruto de um trabalho gradual que acompanha a evolução da tecnologia mundial, com investimento ao longo dos anos. Mesmo diante de uma situação imprevisível e inusitada, a FGV realizou movimentos de forma acelerada que só foram possíveis graças a esse trabalho contínuo, cujo impacto pode ser visto em resultados.

Mais informações em fgv.br/portal

2020

- 3º *think tank* (centro de conhecimento) entre os melhores do mundo e líder na América Latina, pelo *2020 Global Go To Think Tank Index Report*, elaborado pela Universidade da Pensilvânia.
- Eleita, pela segunda vez, uma das empresas que melhor se comunicam com jornalistas pela revista *Negócios da Comunicação*.
- Primeira instituição de ensino do mundo com 2 milhões de seguidores no LinkedIn.
- Um total de 53.500 alunos de educação executiva, graduação, mestrado e doutorado tendo aulas síncronas, ao vivo, mediadas por tecnologia.
- Aproximadamente 800 docentes de graduação, mestrado e doutorado capacitados em uma semana.
- Mais de 1.800 funcionários utilizando plataformas tecnológicas para trabalho remoto e seguro, atuando em *home office*.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV)

Presidente:
Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes:
Francisco Oswaldo Neves Dornelles (licenciado)
Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque

FGV EM NÚMEROS

Dados referentes a 2020.

3.745
produções intelectuais de professores, pesquisadores e técnicos.

948
eventos promovidos e copromovidos.

326
estudos e pesquisas regulares e concluídos.

561
projetos de assessorias técnicas.

136
livros editados.

99.155
alunos de educação executiva e continuada

5.488
alunos de graduação.

2.426
alunos de mestrado.

488
alunos de doutorado.

REDES SOCIAIS

Dados referentes a 2020.

3.731.670
Número de seguidores totais.

918.911
Total de engajamento nas redes sociais oficiais.

45.623
Total de conteúdos publicados nas mídias sociais institucionais.

313.152
Horas de vídeos assistidos no YouTube.

5.517
Total de vídeos no YouTube.

659.290
Total de novos seguidores nas mídias sociais.

609.661.340
Alcance total das publicações dos canais oficiais.

ÁREAS DE ATUAÇÃO

A FGV é uma instituição que atua em múltiplas frentes e conta com uma estrutura organizacional grandiosa.

Conheça as áreas de atuação da Fundação:

ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

- **Assembleia Geral**
- **Conselho Curador**
- **Conselho Diretor**
- **Presidência**
- **Vice-Presidências**
- **Pró-reitoria de Ensino, Pesquisa e Pós-graduação**

SERVIÇOS, ÍNDICES E PUBLICAÇÕES

- **Conhecimento**
- **Editora**
- **Europe**
- **IBRE**
  Instituto Brasileiro de Economia
- **Projetos**

ENSINO E PESQUISA

- **CPDOC**
  Escola de Ciências Sociais
- **Direito Rio**
  Escola de Direito do Rio de Janeiro
- **Direito SP**
  Escola de Direito de São Paulo
- **EAESP**
  Escola de Administração de Empresas de São Paulo
- **EBAPE**
  Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas
- **EESP**
  Escola de Economia de São Paulo
- **EMAp**
  Escola de Matemática Aplicada
- **EPGE**
  EPGE Escola Brasileira de Economia e Finanças
- **EPPG**
  Escola de Políticas Públicas e Governo
- **IDE**
  Instituto de Desenvolvimento Educacional
- **IDT**
  Instituto de Desenvolvimento Tecnológico
- **RI**
  Escola de Relações Internacionais
- **Rede de Pesquisa**
  Rede de Pesquisa e Conhecimento Aplicado

ADMINISTRAÇÃO GERAL

- **ASDI**
  Assessoria de Desenvolvimento Institucional
- **DCI**
  Diretoria de Controles Internos
- **DICOM**
  Diretoria de Comunicação e Marketing
- **DINT**
  Diretoria Internacional
- **DO**
  Diretoria de Operações
- **DRH**
  Diretoria de Recursos Humanos
- **SB e NDOc**
  Sistema de Bibliotecas e Núcleo de Documentação
- **Superintendência de Auditoria**
- **Superintendência de Controladoria**
- **Tesouraria**

PROGRAMAS ESPECIAIS

- **Câmara**
  Câmara FGV de Mediação e Arbitragem
- **CDMC**
  Centro para o Desenvolvimento da Matemática e Ciências
- **CERI**
  Centro de Estudos em Regulação e Infraestrutura
- **Crescimento e Desenvolvimento**
  Centro de Estudos de Crescimento e Desenvolvimento Econômico
- **DAPP**
  Diretoria de Análise de Políticas Públicas
- **DGPE**
  Centro de Desenvolvimento da Gestão Pública e Políticas Educacionais
- **Energia**
  Centro de Estudos de Energia
- **Ensino Médio**
- **NPII**
  Núcleo de Prospecção e Inteligência Internacional
- **Social**
  Centro de Políticas Sociais
- **Transportes**
  Centro de Estudos em Transportes, Logística e Mobilidade Urbana

2020

- Acervo histórico com mais de 2 milhões de documentos manuscritos, impressos e audiovisuais.
- Alcance de mais de 7.800 verbetes do *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*.
- 66 alunos de graduação.
- 40 alunos do mestrado acadêmico.
- 58 alunos do mestrado profissional.
- 68 alunos do doutorado acadêmico.

CPDOC

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DIRETOR: CELSO CASTRO

O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) nasceu em 1973 com o objetivo de abrigar e produzir fontes documentais relevantes para a história do país. Em 2005, o CPDOC ampliou sua atuação para o ensino, criando a Escola de Ciências Sociais da FGV.

O CPDOC hoje oferece bacharelado em Ciências Sociais e em Relações Internacionais, além de programas de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*, de modo a contribuir para uma melhor compreensão da realidade social, em especial no que diz respeito a processos e temas relevantes para o Brasil e para sua inserção no cenário global.

Em 2020, o CPDOC acompanhou a transformação digital da FGV. A equipe se dedicou a transformar 100% dos processos administrativos em digitais, otimizando as rotinas internas. Além disso, a tecnologia nos permitiu ampliar nacionalmente nossos processos seletivos da pós-graduação, incluindo o lançamento do doutorado profissional, o que resultou em quase 600 candidatos inscritos de todas as regiões do país.

Mais informações em fgv.br/cpdoc

DIREITO RIO

ESCOLA DE DIREITO DO RIO DE JANEIRO

DIRETOR: SÉRGIO GUERRA

Criada em 2002, a FGV Direito Rio nasceu com o objetivo de inovar no ensino jurídico, na pesquisa, na didática e no currículo de um curso de Direito. Seu propósito maior é contribuir para a formação de líderes para pensar o Brasil em longo prazo.

Referência no ensino e na pesquisa no Direito, a escola visa à formação acadêmica e executiva de profissionais de carreiras públicas e privadas. É também pioneira em sua área de atuação, tendo criado o primeiro mestrado em Direito da Regulação do país.

A escola atua em múltiplas frentes, como graduação, pós-graduação e cursos de educação executiva.

Em 2020, a Direito Rio acompanhou a transformação digital da FGV, realizando uma série de atividades acadêmicas relevantes remotamente. Para além da imediata continuidade de seus programas de graduação, pós-graduação e educação executiva por meio de plataformas de ensino virtuais, o PPGD da Direito Rio desenvolveu, em parceria com a Direito SP, uma série de webinars com importantes acadêmicos (nacionais e internacionais), além de representantes governamentais e da sociedade civil. Foram ao todo 13 encontros para a discussão e a formulação de diagnósticos, bem como para o desenvolvimento de soluções para os problemas jurídicos enfrentados atualmente pelo Estado brasileiro e por toda a sociedade. Da mesma forma, a realização online do I Chicago-FGV Forum in Law & Economics, também em conjunto com a Direito SP, marcou a consolidação dessa importante parceria com a Chicago Law School, cujo conteúdo foi disponibilizado gratuitamente aos interessados, na constante busca por gerar bens públicos que auxiliem o desenvolvimento do país.

Mais informações em fgv.br/direitorio

2020

- Acordos de intercâmbio com 60 universidades estrangeiras renomadas, como Harvard, Yale, Columbia e NYU.
- 288 alunos de graduação.
- 42 alunos de mestrado.
- 6 alunos de doutorado.

2020

- Acordos de cooperação com mais de 40 instituições internacionais de pesquisa e ensino superior.
- 387 alunos de graduação.
- 354 alunos de mestrado acadêmico e profissional.
- 13 alunos de doutorado acadêmico.

DIREITO SP

ESCOLA DE DIREITO DE SÃO PAULO

DIRETOR: OSCAR VILHENA VIEIRA

Criada em 2002, a Direito SP nasceu com o objetivo de formar uma nova geração de juristas capazes de responder às desafiadoras demandas da sociedade contemporânea. A escola aposta numa proposta pedagógica inovadora, preparando seus alunos para atuar nas esferas pública e privada, por meio de um constante diálogo com outros campos do conhecimento, e comprometida com o desenvolvimento de novas competências, habilidades e domínio das novas tecnologias que têm impactado a profissão jurídica.

A Direito SP oferece programas de graduação, mestrado profissional, mestrado acadêmico, doutorado e cursos de pós-graduação *lato sensu* em áreas como Direito Empresarial, Direito Tributário e Propriedade Intelectual.

Em 2020, a Direito SP acompanhou a transformação digital da FGV, com destaque para a atuação do Centro de Ensino e Pesquisa em Inovação (CEPI), que não apenas preparou professores e pesquisadores para o ensino participativo online, como também ofereceu treinamento para outras escolas da FGV e promoveu eventos e *workshops* sobre ensino participativo virtual ao longo de 2020, a fim de orientar outras instituições sobre diferentes atividades de ensino participativo no meio virtual. De igual modo, foram iniciados estudos para orientar o retorno presencial das aulas e a estruturação da escola para um ensino adequado ao futuro pós-Covid. Destaca-se também que, apesar da ausência de mobilidade internacional, a escola conseguiu realizar diversas iniciativas online com escolas parceiras, promovendo a integração de professores, discentes e colaboradores, incluindo intercâmbio de alunos.

Mais informações em fgv.br/direitosp

EAESP

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

DIRETOR: LUIZ ARTUR LEDUR BRITO

Criada em 1954, a EAESP é a escola mais internacionalizada da América Latina, com mais de 100 parcerias com instituições estrangeiras de renome internacional em todos os continentes. É ainda reconhecida como um centro de alto nível na pesquisa em Administração e na formação de líderes nas esferas empresarial, governamental e acadêmica.

Trata-se de uma das poucas escolas de negócios do mundo e a primeira do Brasil a ter tripla acreditação internacional: Association to Advance Collegiate Schools of Business (AACSB), European Foundation for Management Development (EFMD) e Association of MBAs (Amba).

A escola oferece cursos de graduação em Administração de Empresas e Administração Pública, bem como programas de educação executiva, além de mestrados e doutorados acadêmicos e profissionais. Alguns de seus cursos são ministrados integralmente em língua inglesa.

Em 2020, além das ações básicas durante a pandemia, como aulas, seminários remotos e *home office*, a EAESP acompanhou a transformação digital da FGV, capacitando seus professores para lecionar no modelo remoto, refletindo sobre questões como aspectos pedagógicos da educação a distância, ferramentas tecnológicas e etiqueta para aula online. A EAESP também capacitou seus funcionários para uma melhor utilização da ferramenta Teams, voltada a facilitar a comunicação e promover a colaboração entre pessoas e/ou equipes da escola.

Mais informações em fgv.br/eaesp

2020

- Eleita a melhor escola de negócios do Brasil pelo *ranking* da Eduniversal 2020.
- 2.505 alunos de graduação.
- 691 alunos de mestrado.
- 246 alunos de doutorado.
- 235 alunos de especialização.

2020

- EFMD renovou selo de reconhecimento de excelência internacional da escola.
- 36 novos alunos de graduação presencial.
- 133 novos alunos de mestrado.
- 8 novos alunos de doutorado.

EBAPE

ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS

DIRETOR: FLAVIO VASCONCELOS

Criada em 1952, a EBAPE tem como objetivo produzir e disseminar conhecimento, além de promover incentivo à pesquisa e formação de profissionais qualificados para atuar em posições de liderança nas áreas pública, privada e acadêmica. Pioneira, foi a primeira Escola de Administração do Brasil e da América Latina.

A EBAPE oferece cursos nas áreas de Administração em nível de graduação (a distância e presencial), mestrados profissionais em Administração Pública (MAP) e de Empresas (MEX), além de mestrado e doutorado acadêmico (MSc & PhD). Conta com programas oferecidos integralmente em inglês, como MSc & PhD, Master in Managment (MiM), Double-Degree com a Catolica-Lisbon, International Masters Program in Practicing Management (IMPM), acreditações internacionais EQUIS-EFMD e AACSB, além de dezenas de parcerias estratégicas e de intercâmbio de alunos.

Em 2020, o Sistema de Gestão Acadêmico (SGA) foi implantado para toda a pós-graduação da FGV EBAPE, o que gerou transparência nos processos acadêmicos, permitindo que a escola incrementasse a gestão dos indicadores de excelência que regem a pós-graduação. Além disso, realizou mais de 50 eventos online, disseminando conhecimento, promovendo debates e reflexões sobre temas relevantes nesse ano tão atípico, assim como divulgando os programas da escola aos interessados. A EBAPE foi a primeira unidade da FGV a realizar uma formatura totalmente online — a graduação em Administração 2020 —, sendo utilizada como exemplo para o restante das unidades da instituição. Para conseguirmos realizar todos esses eventos, utilizamos algumas plataformas digitais, como Zoom, Streamyard e YouTube.

A EBAPE também transformou em digitais os processos seletivos para todos os programas, agora totalmente online, desde a inscrição até a matrícula, incluindo as provas, oferecendo mais segurança e comodidade a todos os candidatos.

Mais informações em fgv.br/ebape

EESP

ESCOLA DE ECONOMIA DE SÃO PAULO

DIRETOR: YOSHIAKI NAKANO

A FGV EESP nasceu em 2003 para cumprir a missão maior da FGV, que é contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Depois de pouco mais de 15 anos de existência, tornou-se um centro de excelência em pesquisa e ensino nas áreas de economia e ciências afins, reconhecida no Brasil e no exterior. É o departamento de economia com mais publicações de impacto internacional no Brasil e na América Latina, segundo os principais *rankings* estrangeiros. Hoje, é o curso de Economia mais concorrido e cobiçado do país, e seus ex-alunos são os mais disputados pelo mercado, com carreiras de sucesso.

Oferece cursos de graduação, especialização, mestrado e doutorado profissional em Finanças e Economia, mestrado profissional em Agronegócio, mestrado e doutorado em Economia.

Em 2020, a EESP acompanhou a transformação digital da FGV, introduzindo novas ferramentas para gestão interna, plataformas colaborativas para o ensino remoto e presencial como Zoom e Microsoft 365.

Mais informações em fgv.br/eesp

2020

- 215 alunos de graduação.
- 203 alunos de pós-graduação *lato sensu*.
- 74 alunos de mestrado e doutorado acadêmico.
- 251 alunos nos mestrados profissionais.

2020

- Convênios e parcerias com várias instituições brasileiras e do exterior.
- 85 alunos de graduação
- 18 alunos de mestrado.
- 6 alunos de doutorado.

EMAp

ESCOLA DE MATEMÁTICA APLICADA

DIRETOR: CÉSAR CAMACHO

A EMAp, criada em 2011, oferece, por meio de seus cursos de graduação em Matemática Aplicada e, o mais recente, Ciência de Dados e Inteligência Artificial, uma formação profissional que permite a seus graduados enfrentar questões da vida real que necessitem de modelos matemáticos para suas soluções.

As áreas de pesquisa da escola são: Ciência de Dados, Otimização e Teoria de Controle, Estatística, Métodos Estocásticos, Finanças Quantitativas e Epidemiologia Matemática. Conta ainda com um programa de mestrado e doutorado nessas áreas.

Em 2020, a EMAp acompanhou a transformação digital da FGV, realizando inovações no ensino online de matérias de Matemática e Computação, que permitiram oferecer a alunos de todo o Brasil disciplinas como Programação, Álgebra Linear e Banco de Dados, bem como a criação de programas especiais de introdução à programação computacional para alunos do ensino médio. Além disso, nesse ano de Covid-19, membros do corpo científico da EMAp da área de Epidemiologia participaram ativamente de comissões de assessoramento de governos estaduais e de agência de fomento, bem como de comitês internacionais de saúde.

Mais informações em fgv.br/emap

EPGE

EPGE ESCOLA BRASILEIRA DE ECONOMIA E FINANÇAS

DIRETOR: RUBENS PENHA CYSNE

Criada em 1961, a EPGE tem como objetivo contribuir para o ensino e a expansão do conhecimento na área de Economia. Desde sua fundação, tem formado parte relevante dos economistas brasileiros de maior destaque profissional. Por intermédio de seus professores e alunos, tem também contribuído efetivamente para o desenvolvimento nacional.

A escola oferece cursos de graduação e pós-graduação *stricto sensu* em Ciências Econômicas.

Em 2020, a EPGE acompanhou a transformação digital da FGV, realizando rápida transição de todos os seus processos e atividades administrativas e acadêmicas, o que assegurou a continuidade de suas operações, além da contribuição de excelência da escola para a sociedade e para a própria FGV.

Mais informações em fgv.br/epge

2020

- 171 alunos de graduação.
- 177 alunos dos mestrados.
- 43 alunos de doutorado.
- 1º lugar nacional no Índice Geral de Cursos (IGC), pela nona vez, nas 13 avaliações já realizadas pelo Ministério da Educação (MEC), entre mais de 2 mil instituições de educação superior (IES) no país e em todas as áreas de conhecimento.
- Nota máxima da CAPES em todos os programas de mestrado e doutorado.
- 1º lugar nacional no ENADE de Economia pela terceira vez nas 5 avaliações já realizadas pelo MEC.
- 1º lugar nacional entre as graduações de Economia pela terceira vez nas últimas 4 avaliações da ANPEC.
- 1º departamento de Economia na América Latina segundo o Ranking da Universidade de Tilburg.
- 1º lugar no índice RePEc de cursos de Economia do Brasil.
- Recebeu a avaliação máxima (5 estrelas) do Guia da Faculdade 2020.
- Lançou novo formato de turma modular concentrada no seu programa de Mestrado Profissional em Economia e Finanças.
- Lançou nova linha de pesquisa em Economia e Finanças de Energia no Mestrado Profissional em Economia e Finanças.
- Lançou o curso pioneiro “Análises Empíricas e Modelagens Econômicas Relacionadas à Covid-19”.

2020

- 16 alunos de graduação.
- 53 alunos de mestrado acadêmico.
- 38 alunos de mestrado profissional.
- 22 eventos com a participação de renomados especialistas nacionais e internacionais de políticas públicas e governança em temas como democracia, corrupção, crises governamentais, federalismo, saúde pública, Covid-19, entre outros.
- Produção acadêmica de 53 artigos, 7 livros, 13 trabalhos técnicos e 13 capítulos de livros.

EPPG

ESCOLA DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNO

DIRETOR: EDSON KENJI KONDO

A Escola de Políticas Públicas e Governo foi criada em Brasília, num esforço da FGV de expandir sua presença física no centro político do país e, assim, contribuir mais para o desenvolvimento do Brasil. Iniciou, em 2019, o Mestrado em Políticas Públicas e Governo e o Mestrado Profissional em Economia, e, em 2020, o bacharelado em Administração Pública.

Em apenas um ano, aumentou o número de estudantes de 24 para 107.

Em 2020, em resposta à pandemia da Covid-19, intensificou o uso da tecnologia de informação, ministrando todas as aulas em modo remoto, adotando plataformas de planejamento e coordenação de projetos em meios digitais e digitalizando praticamente todos os processos financeiros e de aprovação. Respondendo às demandas do mundo digital, construiu no segundo semestre o perfil @fgv.eppg no Instagram, com 163 publicações e 1.800 seguidores e um alcance de visualização no Facebook de 180 mil páginas.

Mais informações em fgv.br/eppg

IDE

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL

DIRETOR: RUBENS MARIO ALBERTO WACHHOLZ

O IDE foi criado em 2003 com o propósito de ofertar produtos educacionais para atender ao mercado nacional de educação executiva continuada. Hoje, atua em mais de 100 cidades brasileiras, por meio de uma rede de instituições conveniadas e de núcleos próprios FGV, oferecendo cursos e soluções educacionais mediadas por tecnologia, desenvolvidos pelas escolas da FGV e por parceiros internacionais.

O Instituto conta com um amplo portfólio de cursos nas modalidades presencial e a distância, além de programas desenvolvidos *on demand* para atendimento de seus clientes corporativos, o que proporciona a seus alunos desenvolvimento profissional de excelência, capaz de levá-los a atuar com segurança num mundo do trabalho cada vez mais volátil e competitivo, por meio de soluções educacionais inovadoras e de reconhecida qualidade.

Em 2020, o IDE acompanhou as necessidades do mercado e aumentou a captação nos cursos online em comparação com o mesmo período do ano anterior – mais de 50% na captação de alunos em cursos de especialização e um aumento de aproximadamente 40% na de alunos em curso de curta e média duração, o que superou o total de 21 mil no ano.

Mais informações em fgv.br/educacao-executiva

2020

Em 2020, foram impulsionadas várias ações de transformação digital no âmbito da FGV:

- Lançamento do FGV Live, com novo formato de aulas 100% ao vivo, transmitidas por *webconference* e ministradas pelos professores da FGV.
- Realização do treinamento de mais de 1.700 professores para uso da tecnologia adotada nas aulas via *webconference*, bem como para a utilização do ambiente virtual de aprendizagem (eClass FGV).
- Participação de cerca de 40 mil alunos nos cursos de educação executiva do IDE, em nível de especialização, no primeiro semestre, dos quais mais de 30 mil passaram a assistir às aulas no formato de *webconference* em virtude do isolamento social.
- Participação de aproximadamente 90 mil alunos em cursos de educação executiva do IDE.
- Disponibilização, no eClass FGV, de mais de 6 mil disciplinas para atender às aulas mediadas por tecnologia.
- Ampla exposição dos cursos gratuitos online, com mais de 30 milhões de acessos, 2 milhões de inscrições e quase 800 mil declarações de conclusão emitidas.
- Realização de 131 webinars, com quase 130 mil reproduções, visando alavancar as vendas e disponibilizar conhecimento aos participantes dos eventos.
- Desenvolvimento do Canal FGV Educação Executiva, com 9 *podcasts* com conteúdo acadêmico e acesso gratuito.
- Implementação de certificações e *badges* digitais com tecnologia *blockchain* em todos os cursos de curta e média duração, o que gerou a entrega de 1.669 *badges* para os cursos do IDE.

2020

701 novos alunos de graduação a distância.

IDT

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

DIRETOR: FLAVIO VASCONCELOS

O Instituto de Desenvolvimento Tecnológico foi criado, em 2018, com o objetivo de oferecer cursos para profissionais que desejam conhecer novas ferramentas e técnicas de gestão e que buscam a rápida aplicação do aprendizado no mercado de trabalho. Conta com um corpo docente nas áreas das disciplinas que orientam, que são capacitados para atuar em educação a distância.

A escola oferece cursos de graduação tecnológica em Gestão Comercial, Gestão Financeira, Processos Gerenciais, Gestão Pública e Marketing.

Em 2020, o IDT acompanhou a transformação digital da FGV, realizando a implementação do FGV Live Classes — que acontece de maneira simultânea para nossos cursos de EAD —, criando um sentimento de pertencimento para os alunos. Atualmente, somos o único curso de graduação na modalidade EAD que tem atividades síncronas como parte de todas as disciplinas, além de transformar o programa em 100% online com a solicitação junto ao MEC e a autorização para funcionamento dos nossos cursos da Graduação Online Tecnológica de maneira inteiramente online, não havendo mais necessidade de encontros presenciais de tempos em tempos, mesmo para fazer as provas. O vestibular e o processo seletivo se tornaram digitais, otimizando todo o processo e facilitando a interação com o candidato.

Mais informações em fgv.br/graduacao-tecnologica

RI

ESCOLA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

DIRETOR: CELSO CASTRO

A Escola de Relações Internacionais oferece um programa de estudos para quem tem interesse em seguir carreiras globais e, portanto, precisa adquirir habilidades e competências profissionais para ambientes de trabalho internacionalizados. O treinamento inclui o desenvolvimento de capacidade analítica aliado a uma sólida trilha de cursos de métodos e de ciência de dados.

A escola oferece curso de graduação em São Paulo e cursos de pós-graduação *lato sensu* em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Brasília.

Em 2020, a Escola de Relações Internacionais migrou para o ambiente digital no contexto da pandemia global de Covid-19. Para esse propósito, criou-se uma Vice-coordenação de Excelência no Ensino com o objetivo de treinar todos os professores para a transição ao modelo de aulas remotas, facilitando a adequação de programas e ementas das disciplinas para o novo contexto. Além disso, a escola migrou seus programas para plataformas online (Work Retreats, CineRI, Centro de Carreiras, Apoio Emocional) e criou novas iniciativas (como o Estágio Remoto de Férias e Intercâmbio Remoto). A coordenação passou a organizar reuniões no modelo Town Hall para discutir a nova situação imposta pela pandemia global junto aos alunos, e os professores, na média, dobraram a oferta de Office Hours semanais para a realização de atendimentos.

Mais informações em fgv.br/ri

2020

- 181 alunos de graduação.
- 134 alunos de pós-graduação *lato sensu.*

REDE DE PESQUISA

REDE DE PESQUISA E CONHECIMENTO APLICADO

DIRETORA: GORET PEREIRA PAULO

A Rede de Pesquisa foi criada em 2016 com o objetivo de incentivar o desenvolvimento de pesquisas com excelência, alto impacto e elevado grau de inovação, colaborando, assim, para a missão da FGV. Para alcançar esse objetivo, a unidade tem aproximado as atividades de pesquisa dos setores público e privado, bem como incentivado a formação de redes de pesquisa no Brasil e no exterior. Um componente essencial ao desenvolvimento e à execução de projetos de pesquisa multidisciplinares com elevado impacto social é a existência de uma estrutura de incentivos com foco no desenvolvimento desse tipo de projeto. A Rede de Pesquisa também contribui para a disseminação do conhecimento produzido pelas escolas e pelos centros de pesquisa da FGV.

Além da Rede de Pesquisa, o sistema de governança das atividades de pesquisa da FGV inclui a Comissão de Pesquisa e Inovação, que tem o objetivo de analisar o rigor metodológico e o potencial de impacto dos projetos de pesquisa aplicada desenvolvidos pelas diferentes unidades da FGV; a Central de Qualidade para Pesquisa Aplicada (CQPA), que zela pela qualidade técnica e pela execução de propostas e relatórios associados aos trabalhos de aplicação do conhecimento gerado pelos Centros de Pesquisa, pelas escolas e pelas unidades da instituição; e o Comitê de Conformidade Ética em Pesquisas Envolvendo Seres Humanos (CEPH), que visa garantir o mais elevado padrão ético no desenvolvimento das pesquisas, adotando os mais rígidos padrões éticos estabelecidos pela comunidade científica nacional e internacional.

Em 2020, a Rede de Pesquisa acompanhou a transformação digital da FGV e desenvolveu internamente uma ferramenta de gestão do conhecimento com informações consolidadas relacionadas às pesquisas realizadas na FGV, promovendo uma visão integrada de centros de pesquisa, unidades, pesquisadores e suas áreas de interesse. Intensificou o uso de tecnologia de informação, de forma a obter maior agilidade na comunicação e na colaboração em tempo real com os pesquisadores. Implementou melhorias no planejamento e no acompanhamento das atividades de gestão de pesquisa com otimização do gerenciamento de informações, extração de dados, geração de relatórios e compartilhamento, além de armazenamento de arquivos no ambiente de nuvem. Também foram desenvolvidas ferramentas proprietárias para gestão e disseminação do conhecimento científico, assim como para a realização de testes com sistemas de gerenciamento de projetos de pesquisa.

Em 2020, destacam-se como atividades de suporte ao desenvolvimento, à obtenção de financiamento e à disseminação dos resultados de projetos de pesquisa executadas pelo Sistema de Governança de Pesquisa:

1) Estruturação do projeto de criação do Centro de Ciência Aplicada à Segurança (FGV CCAS), aprovado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). A iniciativa é uma parceria da FGV com a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP-SP), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Universidade de São Paulo (USP). A missão do FGV CCAS é criar um arcabouço de pesquisa que acelere o uso de dados e ferramentas de Inteligência Artificial para a tomada de decisões na área de segurança pública, provendo a estrutura técnica e a articulação entre os atores essenciais do setor, com vistas a estimular o desenvolvimento de ferramentas de avaliação e políticas públicas baseadas em evidências.

2) Submissão de propostas e negociação dos Acordos de Cooperação referentes aos três projetos desenvolvidos em parceria pela FGV e pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), que fazem parte do Programa Rota 2030.

Esse programa é parte da estratégia elaborada pelo Governo Federal para o desenvolvimento do setor automotivo no país e tem como objetivo ampliar a inserção global da indústria automotiva brasileira, por meio da exportação de veículos e autopeças. Os projetos DECOLAB (Demonstrador de Coluna B) e DEMESTAA (Demonstrador de Superfície Classe A) têm como objetivo a construção de demonstradores do processo de estampagem de painéis estruturais que sejam representativos da capacidade industrial do setor brasileiro de ferramentarias e possam ser utilizados como referência para mapear o processo de construção do ferramental de estampagem; identificar gargalos tecnológicos, metodológicos e organizacionais; elaborar um diagnóstico de competitividade; difundir, de forma sistemática e estruturada, o conhecimento multidisciplinar relativo ao processo entre o setor de ferramentarias e sua cadeia de fornecimento; e criar um ecossistema de integração setorial para discussão e inovação contínua do setor. Para tanto, são parceiras no projeto empresas de diferentes categorias: montadoras, ferramentarias, fornecedores de serviço e *software* para o setor.

O Projeto MISCAE (Modelagem e Identificação de Defeitos em Superfícies Classe A e Estruturas Estampadas) tem como objetivo a melhoria de qualidade de ferramentais para o setor automotivo (zero defeito em peças conformadas) e a redução de custos e tempo de testes e correções nas ferramentas, por meio de melhoria da simulação do ferramental e da peça, da introdução de novas formas de avaliação da qualidade de superfícies e da virtualização das peças fabricadas.

3) Coordenação e acompanhamento da execução das atividades do Projeto Institucional de Internacionalização vinculado ao Programa CAPES-PrInt.

4) Gestão e acompanhamento dos projetos de pesquisa associados ao Programa Newton Fund Institutional Links operado pelo British Council no Brasil. Os projetos de pesquisa associados a este programa representam parcerias entre FGV, Fiocruz, London School of Economics (LSE), CITY-University of London e London School of Hygiene & Tropical Medicine (LSHTM).

5) Criação e divulgação do Manual de Ética em Pesquisa.

6) Utilização do LinkedIn da Rede de Pesquisa para disseminação de projetos de pesquisa de destaque da FGV, sobretudo os multidisciplinares, e informações gerais de interesse dos pesquisadores.

CONHECIMENTO

DIRETOR: SIDNEI GONZALEZ

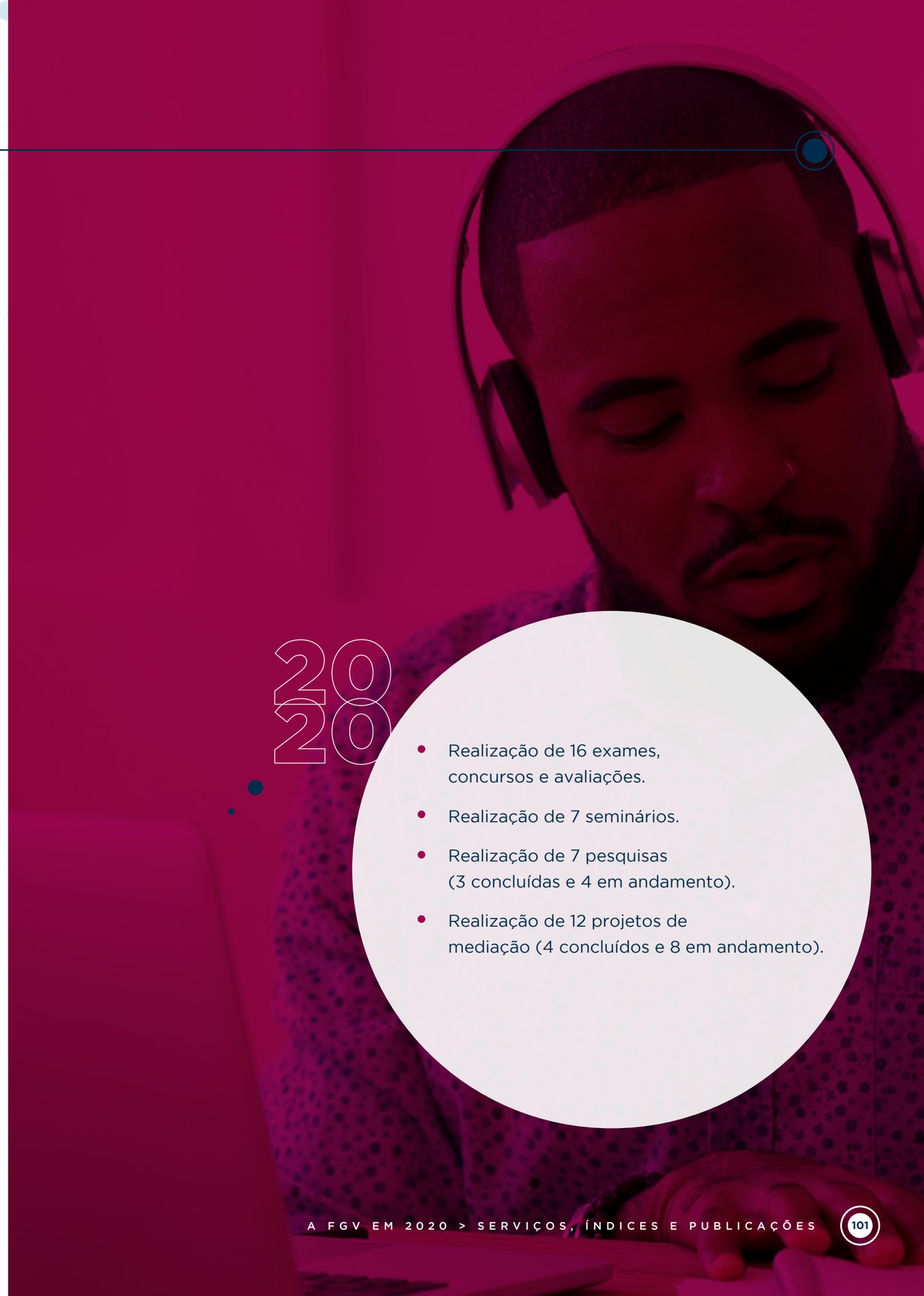
A FGV Conhecimento tem larga experiência na organização e na gestão de exames, concursos públicos e avaliações educacionais para as diversas instâncias da administração pública e do setor privado, nos âmbitos nacional, estadual, municipal e internacional. Destacam-se o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e o Exame de Ordem Unificado, da OAB. Alinhada à missão da Fundação Getulio Vargas de estimular o desenvolvimento socioeconômico do Brasil, a FGV Conhecimento seleciona e forma quadros técnicos de excelência para o país.

Com base na sólida tradição de ensino da FGV, a Unidade conta com corpo técnico e acadêmico altamente qualificado, que desenvolve instrumentos avaliativos inovadores, digitais e impressos. Seus itens priorizam o domínio de princípios fundamentais e o raciocínio crítico na solução de problemas, valorizando as competências necessárias ao desempenho de funções nas mais variadas áreas de atuação. Ao longo de mais de dez anos de experiência, a FGV Conhecimento já aplicou provas para aproximadamente 20 milhões de pessoas.

Comprometida com a avaliação, a produção e a disseminação do conhecimento, a Unidade desenvolve estudos, pesquisas e publicações, bem como ambienta debates que geram bens públicos e contribuem para o direcionamento de políticas públicas. A FGV Conhecimento conta ainda com o Centro de Inovação, Administração e Pesquisa do Judiciário, que contribui para o aperfeiçoamento do sistema de Justiça e para a gestão estratégica de conflitos por meio da mediação.

O ano de 2020 foi de investimento em processos de institucionalização e internalização de procedimentos, sempre com foco em novos modelos de trabalho, especialmente lastreados em tecnologias da informação. Além da organização, investiu-se na expansão das atividades de mercado e em novos projetos. Esse esforço foi exitoso, e o ano foi encerrado com cerca de 20 novos projetos, nas áreas de avaliação, do judiciário, de segurança, de estatística, de cultura, acadêmica e na certificação da área de medicina. A multidisciplinaridade é a essência do que auxiliou a Unidade num ano tão desafiador. A digitalização de diversos projetos permitiu o cumprimento de prazos e possibilitou que as entregas fossem realizadas de forma mais dinâmica, sustentável e produtiva para os clientes. Pôde-se crescer mesmo no conturbado ano, provando o caráter disruptivo da FGV Conhecimento, que sempre busca renovar sua forma de trabalhar.

Mais informações em fgv.br/conhecimento



2020

- Realização de 16 exames, concursos e avaliações.
- Realização de 7 seminários.
- Realização de 7 pesquisas (3 concluídas e 4 em andamento).
- Realização de 12 projetos de mediação (4 concluídos e 8 em andamento).

2020

- 25 reimpressões e 27 títulos novos publicados, sendo:
  - 2 novas edições;
  - 11 novos títulos impressos;
  - 25 novos títulos e-books.

- Cerca de 26 mil exemplares impressos em tiragem e mais de 430 unidades impressas sob demanda, além de milhares de *downloads* concluídos e por volta de 60% a mais de *downloads* de e-books gratuitos na comparação com o ano anterior.

EDITORA

DIRETORA: MARIETA DE MORAES FERREIRA

Criada em 1974, a FGV Editora tem como objetivo publicar e divulgar obras de diversas áreas do conhecimento, colaborando para a melhoria da educação no Brasil.

Seu catálogo abrange áreas como Administração, Economia, Direito, Sociologia, Filosofia, Ciência Política, História, entre outras, privilegiando e incentivando autores da FGV, bem como pensadores da comunidade acadêmica de todo o país e do exterior.

Além da produção ativa de novas publicações, que atraem várias resenhas e citações em diversos meios acadêmicos e da imprensa, a FGV Editora mantém desde 2018, com grande repercussão no mercado editorial, o projeto de impressão de obras sob demanda. Dessa forma, vários livros de seu vasto catálogo, antes esgotados, estão à disposição dos seus leitores — profissionais e estudantes.

Em 2020, a FGV Editora acompanhou a transformação digital da FGV realizando 7 webinars de lançamentos de novos livros. Com seu *e-commerce* já consolidado há mais de 15 anos, a adaptação ao novo cenário digital foi realizada de forma estável e segura, sem grandes mudanças estruturais, contando com maior desempenho nesse formato online. Além disso, teve a oportunidade de participar das feiras de livros da ABEU, da USP e da Bienal do Livro de São Paulo, que em 2020 ocorreram de forma online e trouxeram grande visibilidade e resultados para o site e suas vendas.

Mais informações em fgv.br/editora

EUROPE

DIRETOR: CESAR CUNHA CAMPOS

Seguindo a orientação institucional de buscar oportunidades de conhecimento e experiências acadêmicas e aplicadas de vanguarda, a FGV inaugurou seu primeiro escritório de representação na Europa, em março de 2016. A denominada FGV Europe, portanto, foi criada como forma de aproximação do Brasil com outras importantes nações e para inserir ainda mais a FGV no centro dos grandes *think tanks* europeus. A cidade de Colônia, na Alemanha, foi eleita como base ideal para a empreitada, por seu posicionamento geográfico estratégico, no coração da Europa, e pelas parcerias já historicamente estabelecidas com importantes instituições do setor público, do terceiro setor e do setor privado local.

Em 2020, a FGV Europe acompanhou a transformação digital da FGV, realizando a atualização do seu website, tornando-o mais intuitivo para o usuário e se reposicionando como um *hub* de conhecimento. Reafirmou sua parceria de conhecimento com a OCDE ao disponibilizar todo o conteúdo em português da plataforma "Combatendo o coronavírus (Covid 19), contribuindo para um esforço global", intensificando o papel da FGV como fonte de confiança na divulgação de análises de qualidade num período de grave crise econômica e social.

Mais informações em fgv.br/fgveurope

2020

- Promoção e participação de 20 webinars.
- Estabelecimento de 2 parcerias estratégicas com instituições públicas e privadas europeias.
- Assinatura e desenvolvimento de 3 projetos de assessoria técnica.

2020

- Top 5 em projeções macroeconômicas na Bloomberg.
- Um total de 2.166.643 de preços pesquisados no ano.
- Um total de 69.334 questionários de sondagens aplicados no ano.
- Mais de 340 índices, sondagens e outras divulgações econômicas publicados.

IBRE

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

DIRETOR: LUIZ GUILHERME SCHYMURA

Criado em 1951, o IBRE tem a missão de pesquisar, analisar, produzir e disseminar estatísticas macroeconômicas e pesquisas econômicas aplicadas de alta qualidade que sejam relevantes para o aperfeiçoamento das políticas públicas ou da ação privada na economia brasileira, bem como que estimulem o desenvolvimento econômico e o bem-estar social do país.

Entre suas funções, estão elaboração de preços de referência, estudos e projeções setoriais, além da coleta mensal de preços e dados de natureza econômica junto a empresas parceiras.

Em 2020, o IBRE acompanhou a transformação digital da FGV, realizando as seguintes iniciativas:

1) Maior participação nas mídias, trazendo o aumento de valoração da exposição, por conta do advento da pandemia e da crise econômica.

2) Uso das ferramentas Team e Zoom para comunicação e gestão remota; Trello, para gestão de processo e cronogramas; Power BI, para uso e compartilhamento de indicadores e linguagem “R”; e Python, para o desenvolvimento de sistemas necessários à produção dos indicadores. O uso de tais ferramentas e linguagens de programação proporcionou, em pouco tempo, avanços significativos na comunicação, permitindo a disseminação rápida, eficiente e integrada do conhecimento.

3) Modernização na produção das estatísticas. Em função da dificuldade para acessar muitos dos locais em que eram obtidos dados para a produção dos índices de preços, o IBRE acelerou o movimento de obtenção de dados por *webscraping*, o que foi essencial para a continuidade das estatísticas durante a pandemia.

4) No quesito eventos, foram realizados 11 webinars e 5 *lives*, cabendo o destaque ao III Seminário de Análise Conjuntural, realizado em 29 de setembro, cuja soma de visualizações nas plataformas da FGV e do Parceiro Estadão chegou a mais de 36 mil, o mais visto da FGV.

5) O IBRE vem trabalhando na geração de conteúdos específicos por meio de plataformas temáticas digitais. Atualmente, contamos com: Blog do IBRE, Observatório de Política Fiscal, Observatório da Produtividade Regis Bonelli, Portal da Inflação e Portal do Ciclo Econômico. Destaca-se o volume de acessos do Blog do IBRE, que tem se consolidado como importante plataforma para discussão de temas da agenda econômica brasileira.

Em resumo, os esforços de digitalização contribuíram para a modernização na produção de estatísticas, a geração de novos produtos, a otimização do espaço físico e a renovação do quadro de colaboradores.

Mais informações em fgv.br/ibre

PROJETOS

DIRETOR: LUIZ CARLOS G. DUQUE

A Projetos é a unidade responsável pela geração e pela aplicação do conhecimento técnico e acadêmico produzido internamente e acumulado nas escolas e nos institutos que integram a FGV.

Como unidade de assessoria técnica, a Projetos atua há mais de 30 anos assessorando organizações públicas e privadas no Brasil e no exterior, bem como desenvolvendo projetos de Políticas Públicas, Educação, Economia, Gestão, Saneamento e Turismo. A Unidade também atua na concepção, na organização e na gestão de certificações em todas as áreas do conhecimento, além de realizar seminários técnicos e congressos internacionais.

Em 2020, a FGV Projetos acompanhou a transformação digital da FGV, apoiando e realizando diversos webinars, entre os quais cabe destacar duas importantes séries. A primeira delas é a série digital "Roundtable", que fala sobre de que maneira a pandemia de Covid-19 impôs grandes dificuldades em nossas vidas. Para ajudar a superar esse momento, a FGV Projetos, em conjunto com o Instituto Brasileiro de Estudos Jurídicos da Infraestrutura (IBEJI), criou essa série de webinars, mostrando os impactos e as propostas de solução para diversos setores econômicos. A ideia foi reunir líderes do mercado e gestores públicos que tiveram suas organizações afetadas, a fim de debater a atual conjuntura e proposições para o enfrentamento da crise. Esses eventos estão ancorados na missão da FGV de estimular o desenvolvimento socioeconômico nacional.

Outro projeto que merece destaque é a série "Desafios e Perspectivas do Esporte após a Pandemia de Covid-19", área bastante impactada pela pandemia, tendo quase todas as atividades suspensas. Pensando em sua missão institucional de estimular o desenvolvimento socioeconômico nacional, a FGV organizou essa série em que foram debatidos diversos aspectos, desde o impacto nos campeonatos e nas ligas esportivas até a preparação dos atletas, passando pelas políticas públicas e pelo esporte nas escolas governamentais, sempre pensando em soluções para a superação da crise.

Mais informações em fgv.br/fgvprojetos

2020

- Trabalhos em execução: 122 projetos de assessoria técnica e 7 projetos de certificação.
- Realização e apoio de 28 seminários e congressos.

CCE

Comitê de Cooperação Empresarial
Presidente: João Carlos de Luca

CEM

Centro de Economia Mundial
Diretor: Carlos Geraldo Langoni

Criado em 1990, o Comitê de Cooperação Empresarial (CCE) foi desenvolvido com o objetivo de debater as implicações do processo de transformação da economia internacional para o Brasil.

O CCE reúne representantes do setor privado para, por meio do Centro de Economia Mundial (CEM), organizar estudos e seminários sobre as diferentes questões relacionadas à integração competitiva do Brasil como potência emergente, em ambiente externo dinâmico e desafiador, aproveitando a excelência da FGV como *think tank*.

AS FORÇAS ARMADAS E A FGV

As Forças Armadas Brasileiras e a FGV são parceiras em iniciativas que buscam a promoção do desenvolvimento tecnológico e a Segurança Nacional. São elas:

SUBMARINOS

O Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) da Marinha do Brasil foi criado, em 2008, por meio de um acordo para transferência de tecnologia entre o Brasil e a França, para proteger o patrimônio natural brasileiro, garantindo a soberania do país no mar mediante investimentos na Força Naval e no crescimento da indústria de defesa. A convite da Marinha, a FGV tem participado dessa iniciativa por meio do desenvolvimento, da implantação e da execução do Programa de Monitoramento do Projeto.

Serão construídos, nessa etapa, um submarino de propulsão nuclear e quatro convencionais. Dois deles já estão em fase de testes no mar.

FRAGATAS

O Programa de Obtenção de Meios de Superfície (PROSUPER) é um dos programas prioritários da Marinha do Brasil e contempla a obtenção de navios-escolta, navios-patrulha oceânicos e navios de apoio logístico. A principal ação, no momento, é o Programa Classe Tamandaré, de construção de quatro fragatas.

A FGV cooperou com a Marinha no Programa em suas duas primeiras fases: apoiou a Marinha no certame internacional para definir o Consórcio vencedor e, depois, apoiou a Empresa Gerencial de Projetos Navais (EMGEPRON) na feitura dos contratos para a construção das Fragatas.

REATOR MULTIPROPÓSITO BRASILEIRO

O projeto do Reator Multipropósito Brasileiro (RMB) visa dotar o Brasil de uma infraestrutura estratégica para o desenvolvimento nacional das atividades do setor nuclear nas áreas de aplicações sociais, geração de energia elétrica e propulsão naval. A FGV elaborou, para a Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S/A (AMAZUL), um estudo objetivando a definição do modelo institucional para a operação do RMB.

FÁBRICA DE MUNIÇÕES

A Fábrica Almirante Jurandyr da Costa Müller de Campos, da Marinha do Brasil, produz toda munição de médio e grosso calibre por ela empregada. A FGV desenvolveu, para a Empresa Gerencial de Projetos Navais (EMGEPRON), um estudo de análise de estratégias para o desenvolvimento da fábrica.

Foto: Andre Gustavo Stumpf Filho

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

Desde 2001, a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) conduz seu Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares, em nível *strictu sensu*, nas linhas de Gestão de Defesa e Estudos da Paz e da Guerra. A FGV realiza o projeto de assessoria técnica para a ampliação da pesquisa e do desenvolvimento das Ciências Militares na ECEME, com foco em produção acadêmica, pesquisa aplicada e cooperação docente, inclusive na cessão de professores-doutores para o programa.

A FGV também tem um acordo de cooperação com a Universidade da Força Aérea (UNIFA), que conduz seu Programa de Pós-Graduação *strictu sensu* nas linhas de Poder Aeroespacial Brasileiro, Segurança e Defesa e Relação entre Estados, Pensamento Estratégico Contemporâneo e Poder Aeroespacial. O acordo visa prestar assessoria técnica à organização acadêmica, à promoção de seminários, e prover cursos na área de gestão estratégica e de processos. Destaca-se a realização do II Seminário de Segurança e Defesa Cibernética, com o tema "Desafios da Defesa Cibernética na Projeção Espacial Brasileira", reunindo autoridades e especialistas civis e militares do Brasil, da Colômbia, dos Estados Unidos e da Itália.

Foto: SAAB

Foto: José Dias/ Presidência da República

FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO

A FGV promove diversos cursos de treinamento e aperfeiçoamento para a capacitação de oficiais. Abaixo, seguem alguns deles:

• Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército – CPEAEx

Desde 1999, a FGV desenvolve o MBA Executivo em Administração: Política e Estratégia, no âmbito do Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (CPEAEx), da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). O programa é destinado a coronéis e tem o objetivo de habilitá-los para o assessoramento aos mais altos escalões e às áreas estratégicas das Forças Singulares, do Ministério da Defesa e de órgãos do Poder Executivo. O programa já formou 873 Oficiais Superiores. Desses, 117 atingiram o Generalato.

• MBA Internacional de Estudos Políticos e Estratégicos

Desde 2015, a FGV desenvolve o curso de MBA Executivo para oficiais superiores do Exército Brasileiro e de países amigos, em sua maioria possuidores de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), em parceria com a ECEME. Esse curso, que proporciona a titulação MBA Executivo em Administração: Estudos Políticos e Estratégicos, é inteiramente desenvolvido em inglês e, até o momento, formou oficiais superiores de 24 países. O curso contribui, assim, para as ações estratégicas de inserção internacional do país, ao incrementar a participação e projetar a imagem do Brasil no exterior.

• Curso de Empreendedorismo a Nível de Graduação e Pós-graduação

Um Memorando de Entendimento em 2015 entre o Instituto Militar de Engenharia (IME) e a FGV possibilitou o intercâmbio de professores, a promoção conjunta de eventos e as atividades de pesquisa em temas de interesse comum, ocasionando inúmeros cursos comuns e atividades integradas. Em particular, muitos alunos do IME têm frequentado aulas e seminários em várias escolas da FGV, e professores do IME têm dado aula na rede da FGV. Desde 2016, a FGV desenvolve com o IME o curso de Empreendedorismo, Setor Público e Setor Privado. É ministrado a turmas mistas de alunos de ambas as instituições. Há uma combinação das capacidades tecnológicas dos alunos do IME e administrativa dos da FGV. Os projetos de *startups* têm sido apresentados anualmente a uma plateia de possíveis investidores.

• MBA Executivo em Planejamento e Gestão Estratégicos

Desde 2019, a FGV apoia a Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR) por meio da realização do MBA Executivo em Planejamento e Gestão Estratégicos, parte do processo de formação dos oficiais de comando da Força Aérea Brasileira (FAB). O projeto abrange todo o território nacional, sendo executado 100% em formato online e já tendo formado até o momento 475 oficiais.

Foto: Marinha do Brasil

ASDI

Assessoria de Desenvolvimento Institucional
Responsável: Zilla Patricia Bendit

A ASDI é responsável pela captação de recursos monetários e não monetários, coordenando o relacionamento com as empresas que realizam contribuições por meio do programa denominado Clube de Parceiros FGV.

Em 2020, a ASDI acompanhou a transformação digital da FGV, colocando as logomarcas das salas patrocinadas no ambiente do eClass, local de entrada dos alunos para cada sala de aula, e no ambiente da plataforma Zoom, utilizada pelos professores. Os resultados alcançados com essas atividades foram seis renovações de espaços patrocinados e dois novos espaços confirmados. Além disso, os sites de doações das escolas foram atualizados para receber doações online, trazendo segurança e confiabilidade ao doador. No total, três campanhas e um **vídeo** foram desenvolvidos com o objetivo de aumentar as doações de ex-alunos. O resultado alcançado dessas ações foi a conquista do dobro do valor das doações e do número de doadores de 2019. Também foi lançado um perfil no Facebook e no Instagram, @parceriasfgv, que é alimentado até três vezes por semana e, em menos de dois meses, já conta com 100 seguidores. Outra novidade foi a disponibilização de Relatórios (**Fundo de Bolsas** e **Fundo de Bolsas 2** e **Parcerias**) e **Regulamento** online. Os sites de Doações da **ComunidadeFGV** das Escolas de Administração e Economia foram atualizados, dando mais segurança e agilidade ao sistema. Para auxiliar as Prospecções de Empresas, criamos o vídeo **ASDI Parcerias**.

DCI

Diretoria de Controles Internos
Diretora: Maria Alice da Justa Lemos

Criada em 2016, a DCI é a unidade responsável por implantar e monitorar o Sistema de Controles Internos e de Conformidade FGV. A Diretoria tem como meta promover a eficiência e a eficácia da gestão por meio do alcance dos objetivos estratégicos e da gestão dos riscos, além de garantir a conformidade com leis e normas aplicáveis.

DICOM

Diretoria de Comunicação e Marketing
Diretor: Marcos Henrique Facó

A DICOM é a área responsável pela comunicação e pelo marketing da Fundação Getulio Vargas, zelando pela solidez da marca FGV e pela manutenção de sua credibilidade junto aos públicos interno e externo. Tem como missão fortalecer sua identidade no Brasil e no exterior, posicionando-a como sinônimo de tradição, inovação, pioneirismo, desenvolvimentismo, referência e técnica.

Em 2020, a DICOM passou por um avanço digital acelerado e buscou novos formatos para que a FGV pudesse continuar disseminando conhecimento por meio de webinars – a maior parte deles, de forma pública e gratuita. A área passou por uma grande reformulação, com a aquisição de novas plataformas online para transmissões de eventos ao vivo, via *streaming*, realizando mais de 800 eventos digitais. Além disso, produziu novas webséries, com vídeos periódicos sobre temas relevantes relacionados aos impactos causados pelo coronavírus, tendo feito mais de 60 programas, que geraram milhares de visualizações.

Para uma adaptação mais adequada, respeitando as particularidades de cada curso e o perfil de alunos, foi preciso conhecer melhor o momento que cada um estava vivendo, suas necessidades, e entender como a FGV poderia melhorar a prestação do seu serviço em prover educação. Para tanto, a DICOM realizou também algumas pesquisas de mercado com alunos e professores, as quais proporcionaram entendimento a respeito do nível de satisfação dos discentes, permitindo melhor adaptação a esse novo cenário e buscando sempre a excelência do ensino FGV.

DINT

Diretoria Internacional
Diretor: Marlos Correia de Lima

A Diretoria Internacional (DINT) tem por missão estimular a inserção internacional da FGV. Ao apoiar as unidades na formulação, na execução e na avaliação de suas estratégias de internacionalização, a DINT contribui para fortalecer o posicionamento da FGV como *think tank* e instituição de ensino/pesquisa mundialmente reconhecida. Entre as atividades que realiza estão o mapeamento, a prospecção, a orientação e o aproveitamento de oportunidades em diversos locais do mundo, priorizados pela Presidência, e em apoio subsidiário às demais unidades da FGV.

Em 2020, a DINT acompanhou a transformação digital da FGV, implementando o uso de ferramentas tecnológicas e novos processos para garantir a manutenção dos projetos e o fortalecimento das relações com parceiros e clientes estrangeiros. Por meio da integração digital e do incentivo a comportamentos inovadores, foi possível ampliar o alcance das atividades internacionais — mesmo num momento de pandemia —, prospectar novos negócios surgidos no ambiente digitalizado e ampliar o reconhecimento da marca internacionalmente. Seu principal diferencial foi integrar de forma digital os processos produtivos com os clientes no exterior, permitindo melhorias significativas na produtividade da diretoria.

DO

Diretoria de Operações
Diretor: Mario Rocha Souza

A DO é a área responsável por toda a infraestrutura administrativa de suporte e atendimento da FGV no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Brasília. Entre suas funções, estão as atividades de operação, tecnologia da informação, compras, registros acadêmicos, apoio pedagógico e desenvolvimento de carreiras.

Em 2020, a DO acompanhou a transformação digital da FGV, realizando a implantação de ferramentas, por meio da TIC, com o intuito de viabilizar a continuidade de aulas, reuniões, processos seletivos e outros eventos de forma online e síncrona. A ferramenta Zoom permitiu a realização, entre março e dezembro, de 141.804 reuniões e aulas, contando com 2.851.431 participantes, somente para os cursos *stricto sensu*. Com rápida resposta às demandas impostas pela pandemia, o uso da VPN foi expandido, facilitando o trabalho remoto. Possibilitou-se o uso de assinatura eletrônica de pagamentos, contratos e outros documentos. Essas ferramentas digitais, além de outras, permitiram não somente a continuidade das atividades, mas também redução de distâncias, agilidade nos processos e diminuição no consumo de insumos.

DRH

Diretoria de Recursos Humanos
Diretor: Luiz Carlos Ranna

A Diretoria de Recursos Humanos da FGV tem como atribuições assessorar a Administração Superior com informações que auxiliem na tomada de decisões gerenciais e estratégicas, contribuir para a integração entre as áreas da instituição e desenvolver atividades que agreguem novos valores à busca de capacitação, desenvolvimento e bem-estar dos seus colaboradores, bem como à gestão dos seus registros. Com isso, procura assegurar a confidencialidade dos processos e das informações, manter a excelência no atendimento e garantir a satisfação dos clientes internos e externos.

Em 2020, a DRH acompanhou a transformação digital da FGV, realizando inúmeros treinamentos, como integração, programa de desenvolvimento de estagiários, cursos de curta duração, entre outros, para mais de mil colaboradores de forma remota. Além disso, deu suporte para a contratação de profissionais qualificados na área de Tecnologia, levando todo o seu processo de recrutamento, seleção e admissão para o formato virtual.

A DRH ainda promoveu encontros e webinars voltados para a qualidade de vida e saúde mental de seus colaboradores, considerando o modelo *home office*, ações essas feitas de forma virtual e contando com profissionais qualificados nas áreas de Medicina, Psicologia e Serviço Social. De igual modo, fomentou várias outras ações virtuais e comunicados com foco em saúde, segurança no trabalho e prevenção da transmissão da Covid-19, além de ter disponibilizado telemedicina e teleorientação por meio de seus ambulatórios médicos, profissionais de serviço social e convênio médico.

Nesse mesmo ano, a DRH realizou investimentos para a modernização de seu sistema de folha de pagamento e administração de pessoal, que, a partir de 2021, passará a contar com Sistema na Web, Aplicativo, Ponto no APP, Onboarding, OCR, Chatbot, Dashboard e Assinatura Digital.

Pró-reitoria

Pró-reitoria de Ensino, Pesquisa e Pós-Graduação
Pró-reitor: Antonio de Araujo Freitas Júnior

A Pró-reitoria tem como objetivo orientar e acompanhar as escolas nos assuntos ligados à regulação, à gestão acadêmica e à utilização de novas tecnologias, além de manter atualizada a Alta Direção da FGV sobre as demandas regulatórias, nacionais e internacionais, nas áreas de ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão, que estão em contínua mutação. A Pró-reitoria, por meio da Ouvidoria, recebe e busca solucionar as demandas da comunidade FGV, também promovendo sinergia entre as escolas e seus pesquisadores, em especial os programas em rede.

SB e NDOc

Sistema de Bibliotecas e Núcleo de Documentação
Diretora: Marieta de Moraes Ferreira

O SB – Sistema de Bibliotecas FGV tem como objetivo central promover a integração, a modernização e a inovação das bibliotecas da instituição, além da sinergia entre essas bibliotecas e unidades da FGV, com foco na formação e na qualificação do acervo acadêmico. Criado em 2012, compreende as bibliotecas Mario Henrique Simonsen (BMHS), situada no Rio de Janeiro; Karl A. Boedecker (BKAB), em São Paulo; a Biblioteca de Brasília; a Biblioteca Digital; e o Núcleo de Documentação da FGV (NDOc).

O Sistema também tem, como ações permanentes, a criação de políticas que facilitem o *modus operandi* de pesquisadores e alunos acerca da pesquisa bibliográfica, bem como a valorização e a expansão da produção e da memória acadêmica da FGV, aumentando a visibilidade dos pesquisadores.

O NDOc, originalmente criado, na década de 1960, como Arquivo Central da FGV, integra o Sistema de Bibliotecas desde 2009. Sua missão é prover a instituição das informações documentais necessárias ao pleno desenvolvimento de suas atividades.

Em 2020, o SB acompanhou a transformação digital da FGV, realizando sete treinamentos no formato webinar, com transmissão via YouTube. Esse formato permitiu que as bibliotecas do Sistema mantivessem o contato com seus usuários, além de fortalecer o trabalho em equipe internamente. Implantar tal serviço já era uma meta do SB mesmo antes da pandemia,

em razão da necessidade de alcançar a comunidade da rede conveniada à FGV, espalhada por todo o país, além de desejar oferecer ainda mais conveniência para todos os usuários, que agora podem acessar o conteúdo no seu próprio tempo e ritmo. Também nesse ano, o acervo do sistema, que tem ao todo 378.030 exemplares impressos, recebeu 2.734 novos exemplares por compra ou doação. Ao todo, os usuários tiveram acesso a 9 bases com diversas coleções de e-books adquiridos por compra ou assinatura (Ebsco Ebooks, Ebook Central, Lectio, Oxford Handbooks, Capes, RT Online, Minha Biblioteca, Pearson, Ebooks Editora FGV); 32 bases de dados mais o portal de periódicos da Capes; 48 revistas produzidas pelas escolas e pelas unidades FGV, dispostas no Repositório de Periódicos Científicos e Revistas FGV, somando 70.530 mil artigos digitais. Foram incluídos, no Repositório Digital FGV, 1.157 novos títulos, somando 26 mil documentos, entre teses, dissertações e outros objetos digitais.

Mais informações em sistema.bibliotecas.fgv.br.

Superintendência de Auditoria

Superintendente: Eduardo de Oliveira

A Superintendência de Auditoria, órgão de controle interno, é subordinado à Alta Administração da FGV. Tem como missão agregar valor, provendo apoio ao cumprimento dos resultados planejados e contribuindo para a consecução das metas da empresa e a melhoria de processos, controles internos e governança.

No exercício de 2020, em consonância com as diretrizes da Alta Administração da FGV, a Superintendência de Auditoria intensificou a digitalização de seus processos e procedimentos, proporcionando maior eficiência nos trabalhos realizados nas unidades da FGV.

Superintendência de Controladoria

Superintendente: Jacques Maidantchik Junior

A Controladoria é a área da FGV responsável por fornecer informações financeiras precisas e tempestivas aos gestores da organização, colaborando para a eficácia de suas decisões sob os aspectos financeiro e econômico.

Em 2020, acompanhando a transformação digital da FGV, a Superintendência de Controladoria em parceria com a área de T.I. desenvolveu um procedimento de aprovação eletrônica de pagamentos em substituição ao formulário impresso. Com isso, todos os documentos de suporte aos pagamentos, como notas fiscais, propostas comerciais e outros, passaram a ser usados exclusivamente em versão PDF.

Tesouraria

Tesoureiro: Jorge Ricardo Ferreira Guilherme

A Tesouraria da FGV é o órgão responsável pela movimentação e pelo controle da integridade de contas correntes e aplicações financeiras da instituição, em consonância com as deliberações da Presidência e do Conselho Diretor da FGV, bem como pela coordenação das atividades de contas a receber, pagamentos e inadimplência.

Ao longo de 2019, a Tesouraria já vinha acompanhando a transformação digital de alguns processos, principalmente os que envolviam as instituições bancárias. À medida que os bancos foram exigindo que as operações se dessem por meio de envios de arquivos (pagamentos e recebimentos) e que as autorizações acontecessem pelos aplicativos web, a Tesouraria foi, com auxílio da TIC, modificando sistemas e processos internos.

Dessa forma, em 2020, quando, por consequência da pandemia, fomos obrigados a nos adaptar aos processos digitais, a Tesouraria já estava bem adiantada para a exigência que se impôs a partir de fim de março. Apenas adaptamos a forma de administrar nosso “dia a dia” de forma remota, criamos grupos nos aplicativos web e estamos fazendo um rodízio de pessoal presencial somente como apoio a alguma necessidade das outras áreas da FGV.

Câmara

Câmara FGV de Mediação e Arbitragem
Diretor: Julian Chacel

A partir da Lei nº 9.307/96, que cria a arbitragem institucional no Brasil, a FGV instituiu uma Câmara de Arbitragem, que tem como principal função administrar o procedimento arbitral, garantindo que todos os seus prazos e fases sejam cumpridos de acordo com a Lei. A fase de mediação pode anteceder a de arbitragem, que, caso o acordo seja aceito pelas partes, torna-se desnecessária.

Convém assinalar que as Câmaras de Arbitragem não julgam. O Poder Judicante é dos Tribunais Arbitrais que venham a ser constituídos, caso a caso, pela vontade das partes. Presidida pelo presidente da FGV, a Câmara tem dois diretores, assim como um presidente da Comissão de Arbitragem, como previsto no regulamento, e um corpo de árbitros e mediadores formado por pessoas de reconhecida capacitada técnica e ilibada reputação, além de professores das escolas da FGV nos campos de Direito, Economia e Administração.

Em 2020, a Câmara acompanhou a transformação digital da FGV, secretariando os procedimentos de arbitragem e mediação totalmente online por meio de videoconferências e outros meios virtuais. Verificou-se que esse formato proporcionou maior celeridade, segurança, viabilidade e economia para usuários dos serviços prestados por essa Câmara. Atuando de forma remota desde o início da pandemia, os funcionários da Câmara FGV buscaram adaptar os processos administrativos de forma digital. Antes, os arquivos do processo eram apresentados de forma analógica e armazenados em pastas físicas no setor.

Durante a pandemia, os arquivos estão sendo apresentados por usuários e clientes da Câmara exclusivamente no formato digital e armazenados em nuvem. Dessa forma, as etapas burocráticas e administrativas do procedimento se tornaram mais dinâmicas, com redução de tempo para seu cumprimento e do espaço físico antes reservado ao armazenamento dos documentos procedimentais.

Mais informações em fgv.br/camara.

CDMC

Centro para o Desenvolvimento da Matemática e Ciências
Diretor: César Camacho

Criado em 2017, o CDMC nasceu com a missão de identificar jovens talentos medalhistas da Olimpíada Brasileira de Matemática de Escolas Públicas (OBMEP), entre outras olimpíadas nacionais, que sejam oriundos de escolas públicas, especialmente daquelas não seletivas, com a finalidade de estimulá-los a seguir estudos de graduação e pós-graduação na FGV, de maneira a enriquecer o corpo de cientistas e profissionais de avançada formação de que o país necessita.

Também visa mapear as escolas públicas de excelência, não seletivas, reveladas pelos seus índices de desempenho do Ministério da Educação (MEC) e nas olimpíadas de conhecimento, de maneira a contribuir para a capacitação de seus professores, o aprimoramento da gestão escolar e a preparação de seus alunos.

Em 2020, o CDMC acompanhou a transformação digital da FGV, realizando atendimentos virtuais e reuniões junto aos alunos, mantendo, assim, o bom relacionamento e cuidado com todos.

Mais informações em fgv.br/cdmc.

CERI

Centro de Estudos em Regulação e Infraestrutura
Diretora: Joisa Campanher Dutra

O Centro de Estudos de Regulação e Infraestrutura (FGV CERI) é a unidade da Fundação Getulio Vargas destinada a pensar, de forma estruturada e com sólidos fundamentos econômicos, a regulação dos setores de infraestrutura. Com a missão de gerar e disseminar conhecimento sobre regulação e as indústrias de rede no Brasil e na América Latina, seu objetivo precípuo é desenvolver atividades de pesquisa aplicada, assessoramento e projetos de pesquisa e desenvolvimento (P&D), com foco em regulação e em temas afins aos setores de infraestrutura. O Centro tem uma equipe multidisciplinar que contribui ativamente para produzir e difundir conhecimento sobre temas relevantes ao avanço dos setores de infraestrutura – entre eles, os de energia, transportes e logística, mobilidade urbana, suprimento de água e saneamento e telecomunicações. Essas indústrias são acompanhadas e analisadas especialmente sob as dimensões de regulação, governança, financiamento de longo prazo e alocação de riscos, modelagem de concessões e parcerias público-privadas. O CERI conta ainda com uma rede de parceiros nacionais e internacionais, como agências reguladoras, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Florence School of Regulation, Colorado School of Mines, Harvard Kennedy School e Queensland University. Para aprimorar essas análises, o uso da Ciência de Dados, com destaque para o Aprendizado de Máquinas e a Inteligência Artificial, tem se tornado cada vez mais presente.

Em 2020, o CERI participou da transformação digital da FGV, implantando, por meio do CERILAB, o Monitor Regulatório Covid-19, uma iniciativa que tem como objetivo compilar dados e gerar conhecimento sobre a produção normativa gerada no Brasil e no exterior, sempre que houver impactos nas instituições brasileiras, em consequência ou em resposta à pandemia de Covid-19.

Mais informações em fgv.br/ceri.

Crescimento e Desenvolvimento

Centro de Estudos de Crescimento e Desenvolvimento Econômico
Diretores: João Victor Issler e Pedro Cavalcanti Ferreira

O FGV Crescimento e Desenvolvimento é um centro dedicado à pesquisa na área de crescimento e desenvolvimento econômico. Entre seus objetos de estudo, busca-se compreender por que algumas economias são mais ricas do que outras; o que faz um país crescer mais rapidamente, enquanto outros permanecem estagnados; e, nesse contexto comparativo, a experiência recente do Brasil. Também são de interesse do centro os assuntos ligados à economia dos recursos naturais nos mercados de óleo e gás, energia e mineração, visto que o país é dotado de alto potencial econômico no que diz respeito a esses recursos. Parte importante do trabalho do Centro é identificar, sugerir e influenciar o desenho de políticas econômicas que visem remover entraves ao desenvolvimento econômico no Brasil.

Iniciativa pioneira do FGV Crescimento e Desenvolvimento, criado em 2018, o Núcleo de Estudos em Startups, Inovação, Venture Capital e Private Equity (FGV NEST) tem contribuído ativamente para o ecossistema empreendedor inovador de alto impacto do país. Desde sua criação, o FGV NEST vem atuando como um *hub* de conhecimento e referência, por meio de agregação, promoção e estímulo de diversas iniciativas, públicas e privadas, nos segmentos de Startups, Inovação, Venture Capital e Private Equity no Brasil.

Em 2020, o FGV Crescimento e Desenvolvimento iniciou atividade de pesquisa conjunta com a Petrobras ancorado em três termos de cooperação com a equipe da empresa. Entre as linhas de pesquisa, estão previsão de preços de petróleo e derivados utilizando métodos de *machine learning*, simulação de modelos de propagação e redes em ambiente de equilíbrio geral e estudo de mudanças no mercado de derivados com a venda de refinarias. Além disso, por meio do FGV NEST, teve intensa atividade, seja organizando webinars e participando de eventos online, seja mediante inúmeras entrevistas. Entre os webinars, por exemplo, organizou o seminário "Contratação de startups por empresas públicas: desafios e oportunidades", em agosto. As mais de 20 entrevistas versaram, em geral, sobre temas de inovação, *startup* e empreendedorismo, como "As *startups* estão mais preparadas para a crise do coronavírus?" para o Portal VAE/Globo.com em maio.

DAPP

Diretoria de Análise de Políticas Públicas
Diretor: Marco Aurelio Ruediger

A DAPP tem como foco o desenvolvimento de estudos e soluções aplicadas com base nas metodologias de ciências sociais, sobretudo Sociologia e Ciência Política, em confluência com o uso intensivo das tecnologias de informação, Comunicação e Linguística. Em paralelo ao desenvolvimento de pesquisas em áreas-chave para o país, a DAPP visa também ao desenvolvimento de soluções inovadoras para as áreas pública e privada, usando, de maneira complementar, *design* de dados, instrumentos de transparência e levantamento, em tempo real, de percepções e impacto de políticas por meio de análise de redes sociais.

Em 2020, a DAPP consolidou sua posição de impacto na análise de pautas públicas estratégicas, ampliando espaços de pesquisa e inserção na mídia, bem como acompanhou a transformação digital da instituição. Num desenvolvimento natural de suas atividades, ampliou seu escopo de atuação para a educação, com cursos de especialização, e desenvolveu o projeto de criação da Escola de Comunicação, Mídia e Informação da Fundação Getulio Vargas (FGV ECMI), com base em toda a *expertise* construída pela unidade ao longo dos últimos anos no campo da sociedade em rede e da comunicação digital. Esse projeto foi aprovado pela Administração Superior, tendo sido dada sua entrada junto ao MEC. A iniciativa visa colocar a FGV na ponta da produção de conhecimento num campo estratégico considerando a interconectividade digital e seus impactos na economia, na política pública e em processos sociais.

Em paralelo, a unidade lançou nesse ano, entre suas principais iniciativas, o projeto "Digitalização e Democracia", com apoio do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha e da Embaixada da Alemanha no Brasil, e expandiu para outros países da América Latina a "Sala de Democracia Digital", iniciativa que contou com o apoio das organizações Open Society Foundations (OSF) e National Endowment for Democracy (NED). A DAPP se tornou o único centro do Brasil contemplado com o apoio do Facebook para uma pesquisa no âmbito do edital Facebook Research, em que concorreu com centenas de renomadas instituições no mundo todo e para o qual foram escolhidas apenas 25. Entre outros projetos desenvolvidos pela unidade, destacam-se trabalhos com a ONG internacional Greenpeace, a Febraban (Federação Brasileira de Bancos) e, em especial, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que, por intermédio de seu presidente, o ministro do STF Luís Roberto Barroso, reconheceu publicamente e contemplou a FGV e a DAPP com um certificado de reconhecimento pelo apoio da unidade no combate à desinformação durante as eleições municipais de 2020.

Mais informações em fgv.br/dapp.

DGPE

Centro de Desenvolvimento da Gestão Pública e Políticas Educacionais
Diretor: José Henrique Paim Fernandes

O DGPE tem como objetivo promover o desenvolvimento da gestão dos municípios e apoiar os sistemas de ensino na melhoria da gestão educacional, em linha com a missão da Fundação Getulio Vargas de promover o desenvolvimento socioeconômico nacional. A FGV DGPE iniciou suas atividades no fim do primeiro semestre de 2018.

Em 2020, a DGPE acompanhou a transformação digital da FGV realizando webinars que promoveram a discussão acerca dos desafios educacionais frente à pandemia, integrando parceiros e demais áreas da FGV para a disseminação de conhecimento, obtendo mais de 80 mil visualizações, e também por meio do lançamento de cursos gratuitos voltados à educação básica. Ademais, a DGPE

desenvolveu projetos com secretarias estaduais de educação e 33 municípios do interior do Maranhão, por meio do uso de tecnologia, os quais envolveram as temáticas de gestão voltada para a aprendizagem, currículo municipal e alfabetização na idade certa.

Energia

Centro de Estudos de Energia
Diretor: Carlos Otavio de Vasconcellos Quintella

Criado em 2013, o Centro de Estudos de Energia tem como objetivo ampliar o conhecimento sobre questões energéticas, de forma interdisciplinar, nos campos de Administração Pública e Empresarial, Economia, Matemática Aplicada, Direito e Ciências Sociais. Seu intuito é fomentar o posicionamento estratégico da FGV na área energética, fortalecendo o reconhecimento que adquiriu como um dos principais *think tanks* do setor.

Em 2020, a FGV Energia acompanhou a transformação digital da FGV, realizando 50 webinars que atingiram mais de 80 mil pessoas.

Mais informações em fgv.br/fgvenergia.

Ensino Médio

Diretora: Marieta de Moraes Ferreira

A Fundação Getulio Vargas está envolvida nos debates sobre a educação no Brasil praticamente desde sua criação, em meados da década de 1940. Sua atuação se iniciou em 1950, quando foi criado o Colégio Nova Friburgo, escola que implantou práticas pedagógicas inovadoras e se tornou modelo de excelência e inovação no Ensino Básico. Em 1971, o Instituto de Estudos Avançados em Educação (IESAE) surgiu para promover discussões e formas alternativas de lidar com as questões educacionais.

Visando retomar essa linha de ação, foi lançado em 2003 o programa FGV Ensino Médio, com o objetivo de promover discussões sobre as questões relacionadas a esse nível de ensino e disponibilizar seu conhecimento e sua experiência para o avanço nessa área fundamental ao progresso socioeconômico da nação. A atuação tem se materializado mediante a publicação de livros didáticos, a organização de eventos e o Portal do FGV Ensino Médio.

Em 2020, o FGV Ensino Médio acompanhou a transformação digital da FGV, disponibilizando gratuitamente, às Redes Estaduais de Ensino, a Plataforma do FGV Ensino Médio. Em meio às mudanças que a pandemia da Covid-19 trouxe para as escolas, o Portal é uma ferramenta essencial para auxiliar estudantes a recriar uma rotina produtiva de aprendizagem, disponibilizando gratuitamente um banco de mais de 11 mil itens inéditos alinhados à matriz do ENEM. Assim, docentes e instituições puderam obter um diagnóstico mais preciso de como, nesse novo contexto, os alunos estão desenvolvendo suas habilidades. Em um momento tão desafiador para a educação do país, a FGV busca contribuir para sua superação, como tem sido sua preocupação e atuação há décadas.

Mais informações em fgv.br/ensinomedio.

NPII

Núcleo de Prospecção e Inteligência Internacional
Diretor: Renato Galvão Flôres Junior

O Núcleo de Prospecção e Inteligência Internacional produz conteúdo sobre questões envolvendo sempre uma dimensão internacional com a finalidade de abrir mercados e parcerias no exterior para a FGV e o Brasil, bem como trazer soluções inteligentes, ideias e investimentos externos para o país. O NPII gera conhecimento sobre temas internacionais importantes ou da atualidade, considerados essenciais aos interesses brasileiros.

Em 2020, o NPII acompanhou a transformação digital da FGV, realizando com sucesso parte dos seminários e painéis presenciais planejados, na forma de webinars, e incorporando maior uso das ferramentas digitais em seu plano para 2021.

Mais informações em iiu.fgv.br.

Social

Centro de Políticas Sociais
Diretor: Marcelo Neri

O FGV Social busca contribuir para o desenvolvimento inclusivo brasileiro, conectando a pesquisa aplicada ao debate na sociedade e à implantação de políticas públicas. Abordando de maneira integrada os temas sociais mais candentes do cenário brasileiro, atua em prol da difusão de conhecimento e da inspiração de novas práticas inclusivas. A unidade oferece treinamento e assessoria especializada para projetos em diferentes áreas de atuação, em parceria com entidades governamentais, empresas e organizações da sociedade civil, situadas no Brasil e no exterior. Com pesquisa empírica, em especial aquela baseada em grandes bases de microdados públicos e por meio do desenho e da avaliação de políticas públicas, o centro identifica e promove novas transformações na sociedade.

Em 2020, o FGV Social acompanhou a transformação digital da FGV, desenvolveu e lançou remotamente 5 pesquisas para a sociedade com dados sobre o impacto da pandemia de Covid-19: “Onde estão os idosos? Conhecimento contra a Covid-19”; “Qual foi o Impacto Imediato da Pandemia do Covid sobre as Classes Econômicas Brasileiras?”; “Efeitos da pandemia sobre as

Classes Econômicas Brasileiras?"; "Efeitos da pandemia sobre o mercado de trabalho brasileiro: Desigualdades, ingredientes trabalhistas e o papel da jornada"; "Covid, Classes Econômicas e o Caminho do Meio: Crônica da Crise até Agosto de 2020"; "Tempo para Escola na Pandemia".

O FGV Social também foi um dos organizadores do segundo evento internacional sobre "Population, Poverty and Inequality", em parceria com o International Union for The Scientific Study of Populacion (IUSS). O evento ocorreu em dezembro de 2020, em Paris, e foi totalmente online por conta da pandemia. Nele, mais de 650 textos acadêmicos foram submetidos e avaliados. O FGV Social faz parte do grupo criado desde o Institute of Social Research (ISR), na Universidade de Michigan (EUA), onde foi realizado o primeiro encontro em 2019. O ISR é referência na geração de pesquisas domiciliares e da conexão com registros administrativos, bem como um dos líderes no desenvolvimento e na aplicação de novos métodos de ciências sociais. O grupo de acadêmicos realiza a "International Research Conference on Population, Poverty and Inequality".

Mais informações em fgv.br/fgvsocial.

Transportes

Centro de Estudos em Transportes, Logística e Mobilidade Urbana
Diretor: Marcus Vinicius Quintella Cury

A FGV, por meio de seu Centro de Estudos em Transportes, Logística e Mobilidade Urbana, tem a proposta de se apresentar como candidata natural para estudar e pensar estrategicamente o mercado de transportes, tendo em vista que se destaca como entidade reconhecida em todo o país pela neutralidade que mantém nos posicionamentos analíticos, acadêmicos e técnicos, sobretudo nas áreas de especialidades de economia, administração, direito, ciências sociais e matemática.

Criado em 2019, o FGV Transportes tem como estratégia a aproximação com o setor de transportes público e privado de cargas e de passageiros, a fim de buscar, de forma estruturada, o levantamento de temas para pesquisa aplicada, publicações, seminários, debates, notas técnicas, estatísticas, estudos e projetos.

Em 2020, o FGV Transportes acompanhou a transformação digital da FGV, realizando 19 webinars sobre temas relevantes acerca de transportes, logísticas e mobilidade urbana, com a presença de autoridades públicas e altos executivos de empresas privadas e associações setoriais, e também participando como convidado de 8 *lives* produzidas por importantes *players* do mercado nacional e internacional. Além disso, o FGV Transportes vem utilizando produtivamente as plataformas digitais de videoconferências para assuntos administrativos e acadêmicos internos e para reuniões corporativas de desenvolvimento de projetos com clientes.

Mais informações em fgv.br/transportes.

I – CENTROS CORPORATIVOS

1. CERI – Centro de Estudos em Regulação e Infraestrutura (2014)
- Coordenação: Joisa Dutra

2. FGV Social – Centro de Políticas Sociais (2000)
- Coordenação: Marcelo Neri

3. DAPP – Diretoria de Análise de Políticas Públicas (2011)
- Coordenação: Marco Aurelio Ruediger

4. FGV Energia – Centro de Estudos de Energia (2013)
- Coordenação: Carlos Quintella

5. NPII – Núcleo de Prospecção de Inteligência Internacional (2011)
- Coordenação: Renato Flôres

6. DENN – Diretoria de Estudos de Novos Negócios (2012)
- Coordenação: Antônio Carlos Pôrto Gonçalves

7. FGV Crescimento e Desenvolvimento – Centro de Estudos de Crescimento e Desenvolvimento Econômico (2014)
- Coordenação: Pedro Cavalcanti Ferreira e João Victor Issler

• FGVnest – Núcleo de Estudos em Startups, Inovação, Venture Capital e Private Equity (2018)
Coordenação: Caio Ramalho

8. CDMC – Centro para o Desenvolvimento da Matemática e Ciências (2017)
- Coordenação: César Camacho

9. DGPE – Centro de Desenvolvimento da Gestão Pública e Políticas Educacionais (2018)
- Coordenação: José Henrique Paim Fernandes

10. FGV BJIS – Centro Brasil-Japão de Inovação e Sustentabilidade (2019)
- Coordenação: Edson Kondo

11. FGV Transportes (2018)
- Coordenação: Marcus Quintella

12. Centro de Tecnologia e Desenvolvimento (2018)
- Coordenação: Ciro Biderman

13. Centro de Estudos Empíricos em Economia (2018)
- Coordenação: Cecília Machado

14. CCAS – Centro de Ciência Aplicada à Segurança Pública (2020)
- Coordenação: Joana Monteiro

II – CENTROS INTERDISCIPLINARES

15. CEPESP – Centro de Estudos em Política e Economia do Setor Público (2006)
- Coordenação: George Avelino Filho e Ciro Biderman
*Centro em rede com EAESP, EESP e EBAPE

16. NFC – Núcleo de Finanças Comportamentais (2014)
- Coordenação: Claudia Yoshinaga e William Eid Junior
*Centro em rede com FGVcef da EAESP e EESP

III – CENTROS INTRAUNIDADES

FGV EAESP – ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

17. CEAPG – Centro de Estudos de Administração Pública e Governo (1989)
- Coordenação: Fernando Burgos

18. Instituto de Finanças (2012)
- Coordenação: Antonio Gledson de Carvalho

19. FGVcef – Centro de Estudos em Finanças (2001)
- Coordenação: William Eid Junior, Ricardo Rochman e Claudia Yoshinaga

20. FGVcepe – Centro de Estudos em Private Equity e Venture Capital (2003)
- Coordenação: Newton Campos

21. FGVces – Centro de Estudos em Sustentabilidade (2003)
- Coordenação: Mario Monzoni

22. FGVcev – Centro de Excelência em Varejo (2001)
- Coordenação: Maurício Morgado

23. FGVcia – Centro de Tecnologia de Informação Aplicada (1990)
- Coordenação: Alberto Albertin

24. FGVsaúde – Centro de Estudos em Planejamento e Gestão de Saúde (1989)
- Coordenação: Ana Maria Malik

25. FGVcelog – Centro de Excelência em Logística e Supply Chain (2005)
- Coordenação: Priscila Laczynski de Souza Miguel

26. FGVcenn – Centro de Empreendedorismo e Novos Negócios (2004)
- Coordenação: Edgard Roger Barki

27. Centro de Inovação (2000)
- Coordenação: Susana Carla Farias Pereira

28. FGVcei – Centro de Estudos em Competitividade Internacional (2014)
- Coordenação: Maria Tereza Leme Fleury

29. FGVredes – Núcleo de Comunicação, Marketing e Redes Sociais Digitais (2012)
- Coordenação: Lilian Soares Pereira Carvalho

30. NEOP – Núcleo de Estudos em Organizações e Pessoas (2012)
- Coordenação: Maria José Tonelli

31. FGVethics – Centro de Estudos em Ética, Transparência, Integridade e Compliance (2019)
- Coordenação: Ligia Maura Costa

32. CND – Centro de Estudos do Novo Desenvolvimento (2005)
- Coordenação: Nelson Marconi e Luiz Carlos Bresser-Pereira

33. FGVcemif – Centro de Estudos de Microfinanças e Inclusão Financeira (2007)
- Coordenação: Lauro Emilio Gonzalez Farias

34. CEISA – Centro de Estudos de Infraestrutura e Soluções Ambientais (2003)
- Coordenação: Gesner de Oliveira

FGV EESP – ESCOLA DE ECONOMIA DE SÃO PAULO

35. C-MICRO – Centro de Estudos em Microeconomia Aplicada (2009)
- Coordenação: André Portela Fernandes de Souza e Lycia Lima

• CLEAR – Centro de Aprendizagem em Avaliação e Resultados para o Brasil e África Lusófona (2015)
Coordenação: Lycia Lima

• LEARN – Lab for Evalution, Analysis and Research in Learning (2014)
Coordenação: Vladimir Pinheiro Ponczek

36. CEQEF – Centro de Estudos Quantitativos em Economia e Finanças (2008)
- Coordenação: Pedro Luiz Valls Pereira

37. CEMAP – Centro de Estudos em Macroeconomia Aplicada (2004)
- Coordenação: Emerson Fernandes Marçal

• Núcleo do Observatório de Câmbio e Comércio (2012)
Coordenação: Emerson Fernandes Marçal

38 FGV Agro – Centro de Estudos do Agronegócio (2003)
- Coordenação: Roberto Rodrigues

39 Centro MACRO Brasil (2013)
- Coordenação: Marcelo Kfoury Muinhos

40. CCGI – Centro de Estudos do Comércio Global e Investimento (2010)
- Coordenação: Vera Thorstensen

• Núcleo de Modelagem (2010)
Coordenação: Lucas Ferraz

41. CEAS – Centro de Estudos do Atlântico Sul (2014)
- Coordenação: Luiz Felipe de Alencastro

42. Observatório das Estatais (2017)
- Coordenação: Márcio Holland

43. NDS – Núcleo de Estudos de Data Science (2018)
- Coordenação: Afonso de Campos Pinto e Élia Yathie Matsumoto

44. FGV INVEST – Centro de Treinamento em Processos de Investimento (2012)
- Coordenação: Paulo Tenani

FGV DIREITO SP – ESCOLA DE DIREITO DE SÃO PAULO

45. Núcleo de Justiça e Constituição (2010)
- Coordenação: Dimitri Dimoulis e Luciana Gross

46. Núcleo de Direito Global e Desenvolvimento (2008)
- Coordenação: Michelle Ratton e Salem Nasser

47. Núcleo de Direito, Economia e Governança (2013)
- Coordenação: Mariana Pargendler

48. Núcleo de Estudos Fiscais (2009)
- Coordenação: Eurico Di Santi

49. Núcleo de Estudos em Mercados e Investimentos (2012)
- Coordenação: Ary Oswaldo Mattos Filho e Viviane Muller

50. Núcleo de Estudos sobre o Crime e a Pena (2005)
- Coordenação: Maíra Machado e Marta Machado

51. Núcleo de Direito Tributário do Mestrado Profissional (2014)
- Coordenação: Tathiane Piscitelli

52. Grupo de Direito, Gênero e Identidade (2011)
- Coordenação: Ligia Sica

53. Grupo Público (2017)
- Coordenação: Carlos Ari Sundfeld e Juliana Bonacorsi de Palma

54. Núcleo de Direito Penal Econômico do Mestrado Profissional (2012)
- Coordenação: Heloisa Estellita

55. Grupo de Liberdade da Expressão (2018)
- Coordenação: Ronaldo Porto Macedo

56. Centro de Direitos Humanos e Empresas (2013)
- Coordenação: Flávia Scabin

57. Centro de Ensino e Pesquisa em Inovação (2012)
- Coordenação: Marina Feferbaum e Alexandre Pacheco

FGV EBAPE – ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS

58. CBR – Center for Behavioral Research (Centro de Pesquisas Comportamentais) (2013)
- Coordenação: Eduardo Andrade

59. CBFR – Center for Banking and Finance Research in Rio (2016)
- Coordenação: Lars Norden

60. CEIPE – Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais (2016)
- Diretora: Claudia Costin

61. Applied Research Center in Accounting and Analytics (2019)
- Coordenação: Ricardo Lopes Cardoso

FGV EPGE - EPGE ESCOLA BRASILEIRA DE ECONOMIA E FINANÇAS

62. CEA – Centro de Economia Aplicada (2002)
- Coordenação: Aloisio Araújo

FGV DIREITO RIO – ESCOLA DE DIREITO DO RIO DE JANEIRO

63. CJUS – Centro de Justiça e Sociedade (2004)
- Coordenação: Michael Freitas Mohallem

64. CTS – Centro de Tecnologia e Sociedade (2003)
- Coordenação: Antônio José Maristrello Porto

• Núcleo de Dados (2019)
Coordenação: Ainda sem coordenação

65. CPDE – Centro de Pesquisa em Direito e Economia (2009)
- Coordenação: Antônio José Maristrello Porto

• Programa Brasil-China (2017)
Coordenação: Evandro Menezes de Carvalho

• Núcleo de Estudos Avançados em Regulação do Sistema Financeiro (2018)
Coordenação: Antônio José Maristrello Porto e João Manoel de Lima Junior

• Programa de Direito e Meio Ambiente (2017)
Coordenação: Sérgio Guerra e Antônio José Maristrello Porto

• NAPS – Núcleo Avançado de Pesquisa em Regulação da Saúde (2020)
Coordenação: Flavia Bahia

• Núcleo de Estudos Avançados em Regulação Tributária (2020)
Coordenação: Gustavo Schneider Fossati

• Núcleo de Estudos de Direito de Empresas e Arbitragem (2020)
Coordenação: Márcio Guimarães

66. Programa Diversidade (2017)
- Coordenação: Ligia Fabris

FGV CPDOC – CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL

67. FGV Opinião (2000)
- Coordenação: Márcio Grijó Vilarouca

68. LAPES – Laboratório de Pensamento Social (2008)
- Coordenação: João Marcelo Ehlert Maia e Bernardo Buarque de Hollanda

69. LEH – Laboratório de Ensino de História (2013)
- Coordenação: Américo Freire, Martina Spohr Gonçalves e Vivian Fonseca

70. LEI – Laboratório de Estudos sobre Instituições (2014)
- Coordenação: Angela Moreira Domingues da Silva e Marco Aurélio Vannucchi

71. LEM – Laboratório de Estudos sobre Militares (2010)
- Coordenação: Celso Castro

72. LEP – Laboratório de Estudos Políticos (2009)
- Coordenação: Américo Freire e Márcio Grijó Vilarouca

73. LESP – Laboratório de Estudos do Esporte (2013)
- Coordenação: Bernardo Buarque de Hollanda, Jimmy Medeiros e Vivian Fonseca

74. LET – Laboratório de Estudos do Turismo (2008)
- Coordenação: Celso Castro

75. LHuD – Laboratório de Humanidades Digitais (2016)
- Coordenação: Juliana Marques

76. Núcleo de Audiovisual e Documentário (2006)
- Coordenação: Adelina Novaes Cruz e Thais Blank

77. LECV – Laboratório de Estudos da Cultura Visual (2018)
- Coordenação: Thais Blank

FGV IBRE – INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

78. Centro de Economia Aplicada (2010)
- Coordenação: Armando Castelar Pinheiro

• Crescimento e Desenvolvimento Econômico
Coordenação: Fernando Augusto Adeodato Veloso, Armando Castelar, Samuel Pessôa e Nelson Barbosa

• Estudos do Setor Externo
Coordenação: Lia Valls Pereira

• Estudos Monetários
Coordenação: José Júlio Senna

• Infraestrutura
Coordenação: Armando Castelar

• Política Fiscal
Coordenação: José Roberto Rodrigues Afonso

• Projeções e Estudos Macroeconômicos
Coordenação: Silvia Maria Matos

INTERNACIONAL

INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PARCEIRAS

Fonte: Diretoria Internacional (DINT)

ÁFRICA DO SUL

- University of Cape Town GSB UCT
- University of Pretoria

ALEMANHA

- Albert-Ludwigs-Universität Freiburg
- Bucerius Law School – Hochschule fur Rechtswissenschaft
- Dresden University of Technology (TU Dresden)
- EBS Universitat fur Wirtschaft und Recht
- Frankfurt School of Finance and Management
- Freie Universität Berlin - School of Business & Economics and Law Department
- German Institut of Global and Area Studies
- Global Public Policy Institute
- Goethe University Frankfurt am Main - Institute for Law and Finance
- Hamburg School of Business Administration
- Hertie School of Governance
- Julius Maximilian University of Würzburg
- Kühne Logistics University
- Pforzheim University
- Reutlingen University
- TUM - Technische Universität München
- Universität Hamburg
- Universität Mannheim
- Universität zu-Köln
- Weierstrass Institute (WIAS Berlin)
- Westfälische Wilhelms-Universität Münster
- WHU Koblenz

ARGENTINA

- Universidad Austral
- Universidad de San Andrés
- Universidad Nacional de San Martín
- Universidad Torcuato Di Tella

AUSTRÁLIA

- Macquaire University
- The University of Sydney
- University of New South Wales

ÁUSTRIA

- IMC University of Applied Science Krems
- Vienna University of Economics and Business - WUU

BÉLGICA

- KU Leuven
- Université Catholique de Louvain
- Université Libre de Bruxelles
- University of Antwerp – School of Law

CANADÁ

- HEC - Montreal
- McGill University
- Queen's University
- Université du Québec à Montréal
- Université Laval
- University of British Columbia
- University of Calgary
- University of Manitoba
- University of Victoria - Peter B. Gustavson School of Business
- University of Western Ontario
- York University

CHILE

- Pontificia Universidad Católica de Chile
- Universidad Adolfo Ibañez
- Universidad de Chile

CHINA

- China University of Political Science and Law
- Chinese Academy of Social Sciences - CASS
- FUDAN University
- Peking University
- Renmin University
- The Hong Kong University of Science and Technology
- Tianjin University
- Tsinghua University
- Xiamen University

COLÔMBIA

- Universidad Los Andes

COREIA DO SUL

- Korea University Business School (KUBS)
- Sungkyunkwan University (SKK)
- Yonsei University School of Business

DINAMARCA

- Copenhagen Business School (CBS)
- University of Copenhagen

EQUADOR

- Universidad Andina Simon Bolivar

ESPANHA

- ESADE
- IE Business School
- Universidad Autónoma de Madrid
- Universidad Carlos III de Madrid
- Universidad de Cantabria
- Universidad Francisco di Victoria
- Universitat Autónoma de Barcelona (UAB)
- Universitat Pompeu Fabra

ESTADOS UNIDOS

- American University
- Babson College
- Boston University
- Brandeis University
- Brigham Young University (BYU)
- Carnegie Endowment for International Peace
- Columbia University
- Cornell University
- Duke University
- Emory University
- Florida International University
- Fordham University – School of Law
- Georgia Institute of Technology
- Gonzaga University – School of Law
- Harvard Law School
- Indiana University
- Michigan State University
- New York University
- Northeastern University
- Northwestern University
- Pace University of Law
- Pennsylvania State University
- Pepperdine University
- Purdue University
- San Diego State University
- Texas A&M University
- The University of Notre Dame Du Lac
- The University of Texas at Austin
- The William and Flora Hewlett Foundation
- Tulane University
- University of California, Davis
- University of California, San Diego
- University of Chicago
- University of Florida
- University of Illinois at Chicago
- University of Illinois at Urbana-Champaign
- University of Miami

- University of Minnesota
- University of North Carolina at Chapel Hill
- University of San Diego
- University of South Carolina
- University of Southern California
- University of Virginia - McIntire School of Commerce
- University of Wisconsin-Madison - Law School
- Vanderbilt University
- Woodrow Wilson International Center for Scholars
- Yale University

FINLÂNDIA

- Aalto University

FRANÇA

- Ecole Nationale d'Administration (ENA)
- École supérieure de commerce de Pau (ESC PAU)
- EDHEC Business School
- EM Strasbourg Business School
- EMLYON Business School
- ESCP Europe
- ESSEC Business School
- Grenoble École de Management
- HEC Paris
- Institut National de Recherche en Informatique et en Automatique (INRIA)
- Montpellier Business School
- NEOMA Business School
- Sciences Po Grenoble
- Sciences Po Lille
- Sciences Po Paris
- Toulouse Business School (TBS)
- Université Clermont Auvergne
- Université Paris II Panthéon-Assas
- Université Paris - Dauphine
- Université Paris - Sorbonne
- Université Toulouse 1 Capitole

HOLANDA

- Erasmus Universiteit Rotterdam
- Tilburg University
- Universität Maastricht
- Universiteit van Amsterdam

HUNGRIA

- Corvinus University of Budapest

ÍNDIA

- Indian Institute of Management Ahmedabad (IIMA)
- Indian Institute of Management Bangalore (IIMB)
- Indian Institute of Management Calcuta (IIMC)
- O.P. Jindal Global University

INDONÉSIA

- Universitas Indonesia

IRLANDA

- University College Dublin - Michael Smurfit Graduate Business School

ISRAEL

- IDC Herzliya
- Tel Aviv University

ITÁLIA

- Bocconi University
- Fondazione Bruno Visentini
- International University College of Turin
- Libera Università Internazionale degli Studi Sociali Guido Carli (LUISS)
- Università Catolica del Sacro Cuore (UCSC)
- Università degli Studi di Bergamo
- Università degli Studi di Pavia
- Università degli Studi di Roma "Tor Vergata"
- Universitá degli Studi di Salerno
- Università degli Studi di Torino

JAPÃO

- Hiroshima University of Economics
- Keio University
- Nagoya University
- Ritsumeikan University
- The University of Tokyo
- Waseda University

LÍBANO

- American University of Beirut

MÉXICO

- Centro de Investigación y Docencia Económicas (CIDE)
- El Colegio de México
- Instituto Tecnológico Autónomo de México (ITAM)
- Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Monterrey (ITESM)

NORUEGA

- BI Norwegian School of Management
- Norwegian School of Economics (NHH)
- University of Oslo

NOVA ZELÂNDIA

- The University of Auckland
- University of Otago

PERU

- ESAN
- Pontificia Universidad Católica de Perú
- Universidad Católica San Pablo
- Universidad Nacional Mayor de San Marcos
- Universidad San Ignacio de Loyola

POLÔNIA

- SWPS University of Social Sciences and Humanities
- Warsaw School of Economics (SGH)

PORTUGAL

- Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE)
- Universidade Católica Portuguesa Lisboa
- Universidade Católica Portuguesa Porto
- Universidade de Coimbra
- Universidade de Lisboa
- Universidade Nova de Lisboa

REINO UNIDO

- Cranfield University
- King's College London
- Lancaster University
- London Business School
- London School of Economics and Political Science (LSE)
- Queen Mary University
- Regent´s University London
- The University of Manchester
- The University of Warwick
- The University of York
- University College London -UCL
- University of Bristol
- University of Edinburgh
- University of Essex

REPÚBLICA TCHECA

- University of Economics, Prague

RÚSSIA

- National Research University – Higher School of Economics
- St. Petersburg State University

SINGAPURA

- National University of Singapore
- Singapore Management University (SMU)

SUÉCIA

- Stockholm School of Economics
- Stockholm University
- Umea Universitet

SUÍÇA

- EU Business School
- University of St. Gallen
- ZHAW School of Management and Law

TAIWAN

- National Chengchi University

TURQUIA

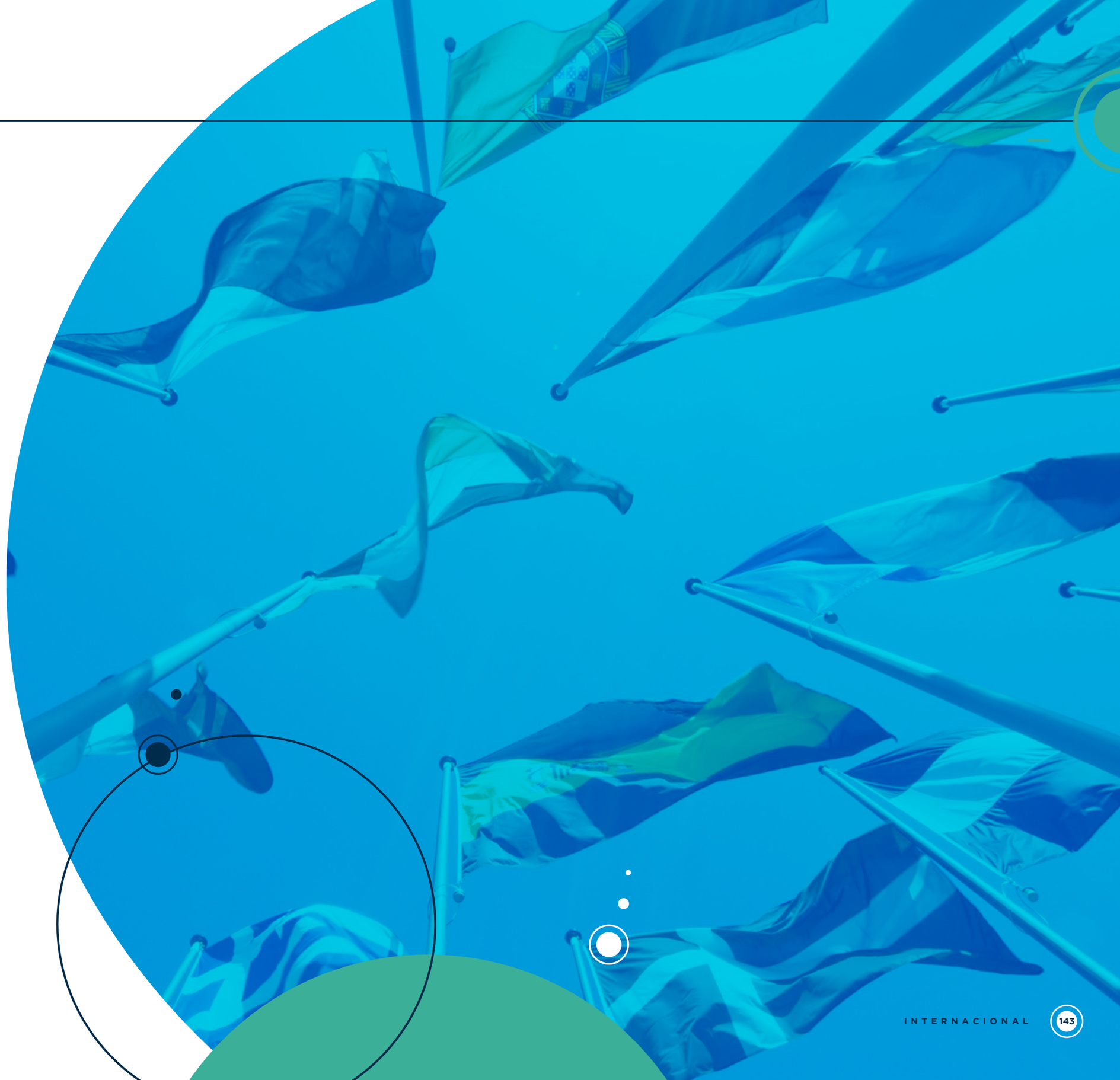
- Bilkent University
- Koç University
- Yasar University

URUGUAI

- Universidad de Montevideo
- Universidad ORT Uruguay

VENEZUELA

- Instituto de Estudios Superiores de Administración (IESA)



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

PRIMEIRO PRESIDENTE E FUNDADOR
- Luiz Simões Lopes (1944-1992)

SEGUNDO PRESIDENTE
- Jorge Oscar de Mello Flôres (1992-2000)

PRESIDENTE
- Carlos Ivan Simonsen Leal (2000-...)

VICE-PRESIDENTES
- Francisco Oswaldo Neves Dornelles (licenciado)
- Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque

PRÓ-REITOR DE ENSINO, PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
- Antonio de Araujo Freitas Júnior

CONSELHO DIRETOR

Vogais
- Armando Klabin
- Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque
- Cristiano Buarque Franco Neto
- Ernane Galvêas
- José Luiz Miranda
- Lindolpho de Carvalho Dias
- Marcílio Marques Moreira
- Roberto Paulo Cezar de Andrade

Suplentes
- Aldo Floris
- Alexandre Koch Torres de Assis
- Antonio Monteiro de Castro Filho
- Ary Oswaldo Mattos Filho
- Eduardo Baptista Vianna
- Gilberto Duarte Prado
- José Ermírio de Moraes Neto
- Marcelo José Basílio de Souza Marinho
- Willy Otto Jordan Neto

CONSELHO CURADOR

Presidente
- Carlos Alberto Lenz Cesar Protásio

Vice-presidente
- João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)

Vogais
- Antonio Alberto Gouvêa Vieira
- Carlos Alberto Lenz Cesar Protásio
- Carlos Eduardo de Freitas
- Cid Heraclito de Queiroz
- Clovis José Daudt Darrigue de Faro
- Eduardo M. Krieger
- Estado da Bahia
- Estado do Rio Grande do Sul
- Federação Brasileira de Bancos (Isaac Sidney Menezes Ferreira)
- IRB – Brasil Resseguros S.A. (Antônio Cássio dos Santos)
- Luiz Chor
- Luiz Ildefonso Simões Lopes
- Marcelo Serfaty
- Marcio João de Andrade Fortes
- Maria Tereza Leme Fleury
- Miguel Pachá
- Pedro Henrique Mariani Bittencourt
- Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Resseguros e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo (Ronaldo Mendonça Vilela)
- Souza Cruz S/A (Jorge Irribarra)

Suplentes
- Almirante Luiz Guilherme Sá de Gusmão
- Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A. (Solange Srour)
- Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo
- General Joaquim Maia Brandão Júnior
- José Carlos Schmidt Murta Ribeiro
- Leila Maria Carrilo Cavalcante Ribeiro Mariano
- Luiz Roberto Nascimento Silva
- Manoel Fernando Thompson Motta Filho
- Monteiro Aranha Participações S.A. (Olavo Monteiro de Carvalho)
- Ricardo Gattass
- Rui Barreto
- Sul América Companhia Nacional de Seguros (Patrick de Larragoiti Lucas)

ALTA GESTÃO

ENSINO E PESQUISA

CPDOC – Escola de Ciências Sociais
- Celso Castro

Direito Rio – Escola de Direito do Rio de Janeiro
- Sérgio Guerra

Direito SP – Escola de Direito de São Paulo
- Oscar Vilhena Vieira

EAESP – Escola de Administração de Empresas de São Paulo
- Luiz Artur Ledur Brito

EBAPE – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas
- Flavio Vasconcelos

EESP – Escola de Economia de São Paulo
- Yoshiaki Nakano

EMAp – Escola de Matemática Aplicada
- César Camacho

EPGE – EPGE Escola Brasileira de Economia e Finanças
- Rubens Penha Cysne

EPPG - Escola de Políticas Públicas e Governo
- Edson Kenji Kondo

IDE – Instituto de Desenvolvimento Educacional
- Rubens Mario Alberto Wachholz

IDT – Instituto de Desenvolvimento Tecnológico
- Flavio Vasconcelos

RI – Escola de Relações Internacionais
- Celso Castro

Rede de Pesquisa – Rede de Pesquisa e Conhecimento Aplicado
- Goret Pereira Paulo

SERVIÇOS, ÍNDICES E PUBLICAÇÕES

Conhecimento
- Sidnei Gonzalez

Editora
- Marieta de Moraes Ferreira

Europe
- Cesar Cunha Campos

IBRE – Instituto Brasileiro de Economia
- Luiz Guilherme Schymura

Projetos
- Luiz Carlos G. Duque

ADMINISTRAÇÃO GERAL

ASDI – Assessoria de Desenvolvimento Institucional
- Zilla Patricia Bendit

DCI – Diretoria de Controles Internos
- Maria Alice da Justa Lemos

DICOM – Diretoria de Comunicação e Marketing
- Marcos Henrique Facó

DINT – Diretoria Internacional
- Marlos Correia de Lima

DO – Diretoria de Operações
- Mario Rocha Souza

DRH – Diretoria de Recursos
- Luiz Carlos Ranna

SB e NDOc - Sistemas de Bibliotecas e Núcleo de Documentação
- Marieta de Moraes Ferreira

Superintendência de Auditoria
- Eduardo de Oliveira

Superintendência de Controladoria
- Jacques Maidantchik Junior

Tesouraria
- Jorge Ricardo Ferreira Guilherme

Diretoria de Assuntos da Fundação Getulio Vargas – São Paulo
- Maria Tereza Fleury

PROGRAMAS ESPECIAIS

Câmara – Câmara FGV de Mediação e Arbitragem
- Julian Chacel

CDMC – Centro para o Desenvolvimento da Matemática e Ciências
- César Camacho

CERI – Centro de Estudos em Regulação e Infraestrutura
- Joisa Campanher Dutra

Crescimento & Desenvolvimento – Centro de Estudos de Crescimento e Desenvolvimento Econômico
- João Victor Issler e Pedro Cavalcanti Ferreira

DAPP – Diretoria de Análise de Políticas Públicas
- Marco Aurelio Ruediger

DGPE – Centro de Desenvolvimento da Gestão Pública e Políticas Educacionais
- José Henrique Paim Fernandes

Energia – Centro de Estudos de Energia
- Carlos Otavio de Vasconcellos Quintella

Ensino Médio
- Marieta de Moraes Ferreira

NPII – Núcleo de Prospecção e Inteligência Internacional
- Renato Galvão Flôres Junior

Social – Centro de Políticas Sociais
- Marcelo Neri

Transportes - Centro de Estudos em Transportes, Logística e Mobilidade Urbana
- Marcus Vinicius Quintella Cury

BALANÇO FINANCEIRO

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhões de reais)

ATIVO

	2020	2019
CIRCULANTE	**874,23**	**907,74**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	685,62	680,19
Recursos não vinculados	613,70	646,41
Recursos vinculados	71,92	33,78
CONTAS A RECEBER	104,12	88,18
BOLSAS RESTITUÍVEIS	21,46	30,70
ESTOQUES	3,81	5,24
ADIANTAMENTO A FUNCIONÁRIOS	9,39	10,21
ADIANTAMENTO PARA COMPRAS E SERVIÇOS	3,12	45,98
DEPÓSITOS JUDICIAIS E TRABALHISTAS	16,53	14,25
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER	30,17	32,99
NÃO CIRCULANTE	**770,56**	**768,20**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	250,69	245,14
Aplicações financeiras vinculadas	27,12	61,87
Bolsas restituíveis	86,19	62,80
Depósitos judiciais	137,38	120,46
IMOBILIZADO E INTANGÍVEL LÍQUIDO	519,87	523,06
Imobilizado e intangível	724,66	700,76
(-) Depreciação e amortização	(204,79)	(177,70)
TOTAL DO ATIVO	**1.644,79**	**1.675,94**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	2020	2019
CIRCULANTE	**262,21**	**301,61**
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	9,91	13,51
FORNECEDORES	54,17	84,63
SALÁRIOS A PAGAR, CONTRIBUIÇÕES E RETENÇÕES	42,87	97,84
PROVISÕES DIVERSAS	52,25	48,52
CONVÊNIOS E CONTRATOS	71,74	33,71
RECEITA A APROPRIAR	6,42	6,42
ARRENDAMENTO A PAGAR	15,64	14,77
OUTROS VALORES EXIGÍVEIS	9,21	2,22
NÃO CIRCULANTE	**307,67**	**265,49**
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	45,81	55,47
RECEITA A APROPRIAR	3,74	10,16
ARRENDAMENTO A PAGAR	18,26	33,71
PROVISÃO PARA RISCO TRABALHISTA, CÍVEL E TRIBUTÁRIA	57,59	17,15
OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS A RECOLHER	138,77	121,87
PROVISÃO BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO	43,50	27,13
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**1.074,90**	**1.108,85**
PATRIMÔNIO SOCIAL	988,08	1.001,20
FUNDOS ESPECIAIS	168,71	149,33
(DÉFICIT) ACUMULADO	(38,19)	(12,83)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	(43,70)	(28,85)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**1.644,79**	**1.675,94**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhões de reais)

	2020	2019
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**1.158,09**	**1.340,91**
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	**(777,61)**	**(994,64)**
RESULTADO BRUTO	**380,48**	**346,27**
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	**(425,06)**	**(387,64)**
Despesas com Pessoal	(203,18)	(194,20)
Despesas Gerais e Administrativas	(42,50)	(60,97)
Serviços Contratados	(89,30)	(74,43)
Outras Despesas Administrativas	(90,08)	(58,04)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	**(44,58)**	**(41,37)**
Receitas Financeiras	19,89	44,05
Despesas Financeiras	(13,50)	(15,52)
(DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	**(38,19)**	**(12,83)**

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

PRAIA DE BOTAFOGO, 190
22250 900
RIO DE JANEIRO, RJ
55 21 3799 4747

CRÉDITOS:

Coordenação e Conceito:
Diretoria de Comunicação e Marketing (FGV DICOM)

Projeto Gráfico:
BR-J Comunicação

Diretor de Comunicação e Marketing:
Marcos Henrique Facó

Superintendente de Comunicação e Marketing:
Marise Lemos

Gerente de Comunicação e Design:
Henrique Rajão

Conteúdo:
Fernanda Rufino

Apoio:
Rede de Pesquisa e Conhecimento Aplicado

FGV

fgv.br